

# Reparações climáticas globais do Norte para prevenir o conflito fóssil-combustível do Sul

*A maldição do gás de Moçambique, a insurreição islâmica, a acumulação de capital imperial-subimperial e um clima alternativo à intervenção militar internacional*

Patrick Bond (University of the Western Cape School of Government)

para apresentação na Conferência CESC & IESE  
Indústria Extractiva em Moçambique: Desafios, Sucessos e Perspectivas  
(Maputo, 3-4 de Agosto)

## Abstrato

A crise climática é amplificada por injustiças sócio-políticas e económicas em todo o lado, mas em 2021, talvez em parte alguma de forma tão aguda como no norte de Moçambique. Ali, a província de Cabo Delgado é um local de intervenção militar contra insurgentes islâmicos, por exércitos locais e regionais (da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e do Ruanda), apoiados principalmente por mercenários sul-africanos, bem como por exércitos europeus e norte-americanos. Se for bem sucedido, o principal beneficiário será as grandes empresas petrolíferas, que procuram extrair 165 triliões de pés cúbicos de gás offshore. Mas também este é um local onde o ciclone mais extremo da região se abateu em 2019 (na sequência de secas severas), como resultado das temperaturas mais elevadas no Canal de Moçambique. Por um lado, a narrativa abrangente promovida pelos media e defensores da intervenção, é que as companhias petrolíferas - Total (França), ExxonMobil (EUA), ENI (Itália), Galp (Portugal), China National Petroleum Corporation, Sasol (África do Sul) e outras - fornecerão investimento directo estrangeiro, infra-estruturas, receitas de gás, emprego e crescimento do PIB para desenvolver a empobrecida província mais a norte de Moçambique. Por outro lado, uma rede crescente de activistas anti-intervenção e climáticos sugere que esta é uma receita para o desastre e, em vez disso, exige que as reparações da “dívida climática” do Norte Global sejam invocadas como uma fonte alternativa de rendimento, que os residentes comuns de Cabo Delgado sejam os destinatários apropriados através de transferências directas de dinheiro para limitar a corrupção estatal, e que o gás seja deixado por explorar para evitar mais caos climático. O caso é um dos mais urgentes a considerar, no caminho para identificar uma geopolítica de justiça climática que transcenda as escalas e os espaços.

## Introdução

As perspectivas de justiça climática estão a piorar em parte porque, apesar da consciência intensificada e da *retórica* sobre a necessidade de manter os aumentos de temperatura a 1,5C neste século e no processo deixar a maior parte dos combustíveis fósseis restantes do mundo inexplorados, há uma desigualdade crescente nas escalas e espaços da política climática. Há

uma percepção crescente - em parte graças à análise franca de Greta Thunberg (2020) - de que as elites falharam quando se trata:

- implementar uma política *global* adequada, abordando não só os cortes nas emissões de gases com efeito de estufa, mas também as reparações (“dívida climática”) devidas às vítimas climáticas por perdas e danos;
- abraçando a unidade *regional* entre os países subalternos, como resultado das divisões dos negociadores, especialmente entre uma camada subimperial e os países mais pobres;
- adoptar planos *nacionais* de mitigação e adaptação, conscientes da desigualdade interna; e
- Parar a extracção *local* de combustíveis fósseis e promover “Transições Justas” longe da economia com elevado teor de carbono, frequentemente em locais de frequentes conflitos sócio-ecológico-político-económicos.

Estas dificuldades - bem como as potenciais resistências dos activistas climáticos - são explicitamente evidentes em Moçambique, um dos países de mais baixos rendimentos do mundo e também entre os mais vulneráveis ao clima (Reliefweb 2021). De 2000 a 19, apenas outros quatro (Porto Rico, Mianmar, Haiti e Filipinas) sofreram danos piores, culminando em 2019 com dois ciclones de Categoria 5: “Idai” e “Kenneth”. Este último atingiu a velocidade do vento de 225 km/h quando atingiu a província norte de Cabo Delgado, a primeira vez que um grande ciclone tinha atingido aquele extremo norte. Kenneth matou pelo menos 45 pessoas imediatamente, destruiu mais de 45.000 casas e 55.000 hectares de culturas (no meio da época da colheita), e deixou 374.000 pessoas desalojadas (Nações Unidas 2019). Mas os profundos problemas estruturais de Cabo Delgado remontam a muito mais tempo.

As injustiças contemporâneas de Moçambique reflectem em parte o modo extremo do colonialismo dos colonos portugueses que terminou em 1975, apenas após uma guerra de libertação que durou uma década. Após pelo menos 10.000 mortes de combatentes e civis principalmente negros, a luta foi ganha pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), na sequência de um golpe do exército de esquerda em Portugal um ano antes. Em Lisboa, os dissidentes foram motivados em parte pelos custos de retrocesso associados à opressão colonial do país em África (incluindo também Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau). Mas com regimes de colonos brancos vizinhos de Moçambique a sul e oeste, não foi dado à Frelimo espaço de manobra. Os 17 anos seguintes testemunharam uma guerra civil entre a Frelimo e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), inicialmente patrocinada pelo regime Rodesiano de Ian Smith antes da libertação do Zimbabué em 1980, e depois durante uma dúzia de anos pelo regime do apartheid na África do Sul. <sup>1</sup>Embora ainda contestado, o regime de Pretória é

---

<sup>1</sup> Com um número estimado de milhões de mortes causadas pelos ataques da Renamo, as três décadas subsequentes após a paz ter sido alcançada - apenas em 1992 - destinavam-se a ser um período de democracia multipartidária e de restauração capitalista. A orientação socialista inicial da Frelimo foi substituída pelo neoliberalismo no final da década de 1980. Os combatentes da Renamo foram assimilados ao sistema político onde o partido desempenhou um papel largamente ineficaz na prevenção da decadência do Estado e da corrupção generalizada, e ocasionalmente regressaram ao "mato" para assinalar o potencial de resistência armada renovada.

também considerado responsável pelo assassinato do presidente fundador de Moçambique, Samora Machel, num acidente de avião em 1986.

Após a paz ter sido alcançada em 1992, a recuperação económica parece ter avançado rapidamente, pois Moçambique tornou-se uma indústria de ajuda e a Bretton Woods Institution tornou-se uma criança de cartazes, alcançando aumentos do PIB de 6 a 12 por cento ao ano de 2000-15. No entanto, a busca anticolonial original da Frelimo pela verdadeira democracia e justiça económica foi desviada e descarrilada, substituída pelo tipo de formação de classe neo-patrimonial que Frantz Fanon (1963) tinha previsto em *Wretched of the Earth*. Os factores que impedem o desenvolvimento económico genuíno incluem a base produtiva persistentemente fraca do país, crises periódicas da dívida externa, a perda de uma grande indústria de processamento de culturas de dinheiro - castanha de caju - devido à liberalização imposta pelo Banco Mundial, a maldição generalizada dos recursos (por exemplo, pelas casas mineiras Rio Tinto, Vale e Carvão da Índia, e pelos interesses da madeira chinesa), e o colapso do super-ciclo de mercadorias em 2015, que prejudicou especialmente o carvão.

O Estado também contou em parte com mega-projectos para gerar não só um elevado crescimento do PIB, mas também ligações para trás, mas estes foram fracassos notáveis, especialmente a estratégia de agricultura empresarial brasileira-Japonesa ProSAVANA e a fundição de alumínio Mozal gerida principalmente pela BHP Billiton (Mosca e Selemene 2012, Castel-Branco 2014, Garcia e Kato 2015). As actividades económicas predatórias da Frelimo foram também debilitantes, incluindo a obtenção de um empréstimo secreto de 2,2 mil milhões de dólares em 2013 para uma frota de pesca de atum inexistente. A corrupção nesse acordo implicou tanto líderes políticos nacionais - incluindo o actual presidente Filipe Nyusi, o antigo presidente Armando Guebuza e especialmente o antigo ministro das finanças Manuel Chang - como banqueiros de Zurique e Moscovo e um comerciante de barcos libanês. Todos estes factores contribuíram para o subdesenvolvimento sistémico, mas a localização global de Moçambique nas economias regionais e mundiais - como local principalmente para a colheita de dinheiro, e mais tarde para as exportações de minerais e metais e importações de produtos manufacturados - não foi benéfica, dada a dificuldade em assegurar que os excedentes fossem partilhados de forma justa e circulassem localmente.

A província rica em recursos de Cabo Delgado, onde Nyusi nasceu e foi criada, é o caso mais óbvio. Embora tenha sido o local original da luta militar da Frelimo contra o domínio colonial português, dada a sua localização fronteiriça com a Tanzânia, a localização da província no outro extremo do país, a partir da capital Maputo, deixou-a com poucos recursos por parte de um Estado desesperadamente pobre depois de 1975. As perspectivas económicas e as relações sociais foram extremamente complicadas durante a última década devido à má governação estatal e militar renovada, e à mineração de rubi (especialmente por uma empresa sul-africana), exportação de madeira (por exportadores chineses) e processamento de gás por corporações transnacionais. As infra-estruturas construídas na Península de Afungi, primeiro pela empresa americana Anadarko e depois pela empresa francesa Total após 2019, deslocaram mais de mil famílias (agricultores e residentes locais) e 3000 pescadores (Wiegink 2020). A instalação Afungi ameaçou uma maior perturbação oceânica com a dragagem,

eliminação de resíduos e construção, como revelou a investigação de Ilham Rawoot (2020) da Friends of the Earth Moçambique/Justiça Ambiental (JA!):

O projecto produzirá uma grande quantidade de gases com efeito de estufa e dióxido de enxofre, introduzirá novas espécies no mar, e provocará a erosão do solo. Existem receios crescentes de que a perfuração de gás afecte a biodiversidade na área, especialmente o Arquipélago de Quirimbas, uma biosfera da Unesco... onde habitam 3.000 espécies florais, 447 espécies de aves, oito espécies de mamíferos marinhos, bem como leões, elefantes, búfalos e leopardos.

Para além dos danos “extractivistas” - sob a forma de privação sócio-económica não compensada e destruição ecológica local - tanto as secas periódicas como as grandes tempestades atingiram duramente a província nos últimos anos. Em Abril de 2019, o ciclone Kenneth provou ser gravemente prejudicial para o ambiente construído e para a agricultura, e em parte como resultado de uma maior consciência climática, surgiu uma nova forma de defesa da solidariedade popular regional e internacional, especialmente de Joanesburgo, Lisboa e Londres, promovida pela JA! , a Rede de Solidariedade Popular da África Austral e aliados. No entanto, em meados de 2021, o movimento não tinha alcançado uma base substancial no local da luta, Cabo Delgado, devido à dificuldade que as principais ONGs e redes de movimentos sociais enfrentaram na zona de guerra. Aí, o apoio humanitário aos refugiados era cada vez mais urgente em meados de 2021, uma vez que o número de deslocados atingiu 800.000 dos 2,3 milhões de habitantes da província, e à medida que a zona de guerra se aqueceu.

Reduzir o desenvolvimento desigual e enfrentar a catástrofe climática enquanto se negocia divisões complexas de trabalho entre espaços e escalas é de grande importância estratégica, mas - como se mostra abaixo no decurso da análise de narrativas associadas a maldições de recursos, intervenção militar e catástrofe climática - é melhor não deixar aos comentadores principais cuja orientação militarista e fixação de combustíveis fósseis estão a contribuir para a crise. Juntamente com a política opaca dos insurgentes islâmicos, surgiram três pontos de vista de defesa:

- Os militaristas acreditavam numa rápida intervenção militar tanto das forças armadas regionais como ocidentais - elevando o exército moçambicano a um nível muito mais elevado de capacidade de combate - de modo a restabelecer a produção de gás o mais rapidamente possível;
- os centristas defenderam uma intervenção armada, mas com mais atenção às injustiças socioeconómicas subjacentes e às necessidades de ajuda de emergência; e
- activistas de solidariedade, pacifistas e ambientalistas insistiram que não deveria haver intervenção militar em nome da Grande Petrolífera, mas sim uma dívida climática paga ao povo de Cabo Delgado e Moçambique (directamente, sem predação do Estado), em parte para justificar deixar o gás *inexplorado*.

Para avaliar os pontos fortes e fracos de cada um, é necessário, em primeiro lugar, uma análise dos antecedentes da área e das suas experiências particulares de crise climática.

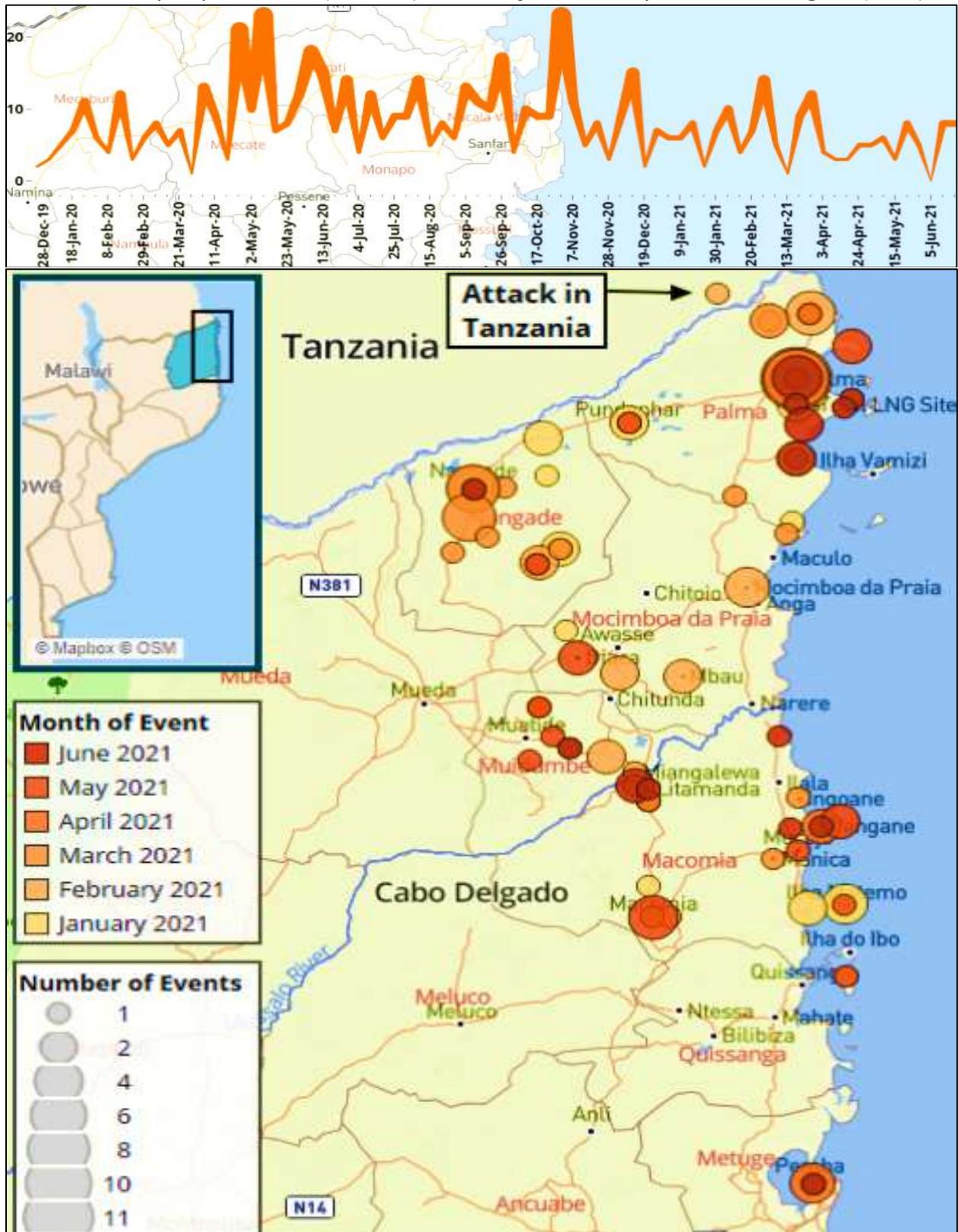


Fonte: Total

### O prometido boom do gás e a contra-ofensiva do Al-Shabab

Os próximos meses e anos irão desafiar as forças em confronto em Cabo Delgado a enfrentarem um enorme problema: vastos depósitos de Gás Natural Liquefeito (GNL) - potencialmente o quarto maior campo de gás do mundo - encontram-se na Bacia do Rovuma dentro do Canal de Moçambique, estendendo-se por 100 quilómetros offshore. Empresas petrolíferas multinacionais mostraram interesse no campo quando a exploração da subsidiária petrolífera Lonrho começou em 1998. O início precoce da empresa reflectiu em parte um grande investimento político por parte do antigo chefe executivo Tiny Rowland no início dos anos 90, que contribuiu para a cessação da guerra civil de Frelimo-Renamo. Embora Lonrho tenha sido ultrapassado pela Anadarko (então baseada em Houston) - cuja descoberta de mais depósitos de gás em 2010 levou a uma perfuração bem sucedida e a uma produção rápida em 2012 - o principal campo de gás mais próximo da costa acabou por ser vendido à Total em 2019, uma vez que a Anadarko conseguiu uma aquisição pela Occidental.

Número de ataques por semana (2020-21) e localizações dos ataques de Cabo Delgado (2021)



Fonte: <https://www.cabodelgado.com/reports/cabo-ligado-weekly-21-27-june-2021>

Enquanto a Bacia do Rovuma contém pelo menos 165 triliões de pés cúbicos de gás, a extracção é difícil dadas as condições de “águas ultra profundas” no Canal de Moçambique, e o ritmo lento da construção de infra-estruturas em terra que podem resistir tanto a tempestades severas como à ameaça de ataque da guerrilha. No entanto, como informou David Figueira Bourton (2020),

O governo moçambicano esperava que a descoberta de reservas de gás natural se revelasse um momento crítico para o país na atracção de novos investimentos directos estrangeiros, e na criação de empregos em declínio para trazer prosperidade económica às regiões mais pobres do país. De acordo com a ONU Ambiente, estima-se que a construção dos novos projectos de gás natural criará mais de 700.000 empregos até 2035, e acrescentará 39 mil milhões de dólares à economia nos próximos vinte anos.

Em 2022, a produção anual prevista de GNL teria sido superior a 30 milhões de toneladas (mt), liderada pela Total com 13 mt e pela ExxonMobil com 15 mt, seguida pela Ente Nazionale Idrocarburi (ENI) com 3,4 mt. Os parceiros do consórcio nos vários perfuradores deveriam ter incluído a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), a China National Petroleum Corporation, a Galp Energia de Lisboa e a Korea Gas Corporation, Kogas. <sup>2</sup>Até 2014, tinham mesmo sido lançados planos para um “oleoduto africano renascentista” para transportar o GNL 1600km da Península de Cabo Delgado até à área de Joanesburgo, embora quando, em 2017, a insurreição começou, parecesse demasiado arriscada para ser implementada.<sup>3</sup>

No entanto, continuaram os argumentos a favor de tal gasoduto, e continuam a ser centrais para o potencial do governo sul-africano e das empresas para fundirem os seus interesses num modo clássico “subimperial”, como teorizou originalmente Ruy Mauro Marini (1972). Neste sentido, os deveres de “vice-xerife” de Pretória - tanto para as empresas multinacionais como para o interesse próprio - recordam a forma como o subimperialismo foi identificado como vital para reproduzir a economia mundial (Garcia, Borba e Bond 2021). O subdesenvolvimento local em locais como Cabo Delgado não é uma aberração, dadas as relações de poder adversas.

De facto, por todos os motivos (para além dos do governo moçambicano), a insurreição reflecte décadas de frustração reprimida perante a opressão económica sistémica, bem como os laços

---

<sup>2</sup> Outras empresas que em meados dos anos 2010 manifestaram interesse incluíram a Technip (França), JCG (Japão), BP, Mitsui e algumas empresas moçambicanas mais pequenas. Até 2020, os financiadores de pelo menos 15 mil milhões de dólares em investimento de capital fixo incluíam as principais agências de crédito à exportação: UK Export Finance, U.S. Export Import Bank, SACE de Itália, Atradius da Holanda, Atradius da África do Sul, Export Credit Insurance Corporation do Japão, Nippon Export and Investment Insurance e Nippon Export and Investment Insurance, e o Export-Import Bank da Tailândia. Houve também 19 facilidades bancárias comerciais e um empréstimo importante do Banco Africano de Desenvolvimento (Bourton 2020).

<sup>3</sup> O consórcio teria ligado ao gasoduto controverso existente da Sasol (Pretorius 2002). Foi liderado localmente pela ENH e Profin (propriedade do antigo ministro da defesa e magnata principal, Alberto Chipande), juntamente com a China Petroleum Pipeline Bureau e a SacOil, uma empresa privada sul-africana então presidida pelo futuro ministro das finanças, Tito Mboweni. Mas dois anos mais tarde, a SacOil hesitou. Apesar da concorrência do Grupo Gigajoule (dominado pelos brancos), que tinha instalado e mantido as principais condutas de gás para Maputo, o consórcio não conseguiu avançar.

seculares da região com comerciantes islâmicos e uma população maioritariamente muçulmana na província. Em 2018 Nyusi rejeitou os seus críticos de Cabo Delgado como sendo meramente “um grupo de malfeitores, alegadamente com motivação religiosa ou social” (Nhamire 2018). De facto, o movimento Al-Shababab (“juventude”) - também chamado Ahlu Sunnah wa Jamaa - aparentemente desenvolveu relações com as forças do Estado Islâmico da África Oriental (ISIS), uma rede mais forte na Somália, mas com filiais mais a sul no Quênia e na Tanzânia. Em Março de 2021, o Departamento de Estado dos EUA designou formalmente Al-Shabab uma organização “terrorista”.

As primeiras implicações económicas da revolta foram atrasos na finalização das infra-estruturas terrestres 25 km a sul da pequena cidade de Palma, nas instalações da Península de Total em Afungi. Os combates iniciais na província obrigaram a um recuo da Total, que estava em vias de investir 20 mil milhões de dólares em Afungi. Ali, em 2020, primeiro Anardarko e depois a Total tinham construído uma doca substancial, uma pista de aterragem de aviões ligeiros, uma enorme instalação de processamento de GNL e tanto um típico desenvolvimento habitacional de elite do enclave como um enorme township para trabalhadores menos qualificados. As 800 tropas do exército moçambicano que guardavam as instalações permaneceram colocadas durante grande parte dos combates de guerrilha do início de 2021, aventurando-se por vezes a partir da sua base Afungi segura. Mas após os ataques dos insurgentes terem diminuído, as tropas emergiram para cometerem violações dos direitos humanos e crimes flagrantes (Amnistia Internacional 2021, Hanlon 2021a). Nessa altura, em meados de 2021, a Total declarou *força maior de modo* a cancelar contratos com fornecedores e construtores, afectando principalmente empresas sul-africanas.

A insurreição de Al-Shabab foi esporádica, mas aparentemente tinha atraído milhares de militantes até 2020, e havia relatos de alguns “combatentes estrangeiros” (alguns com peles mais leves) a juntarem-se aos residentes locais. As tácticas perversas de perturbação do Al-Shabab afectaram principalmente os residentes locais de Cabo Delgado. Para além da deslocação maciça de residentes, estima-se que vários milhares de mortos tenham ocorrido tanto às mãos de Al-Shabab como das forças armadas moçambicanas. Até meados de 2021, os insurgentes manifestaram uma nítida falta de interesse em negociar ou mesmo articular exigências concretas, para além da imposição da Sharia e do encerramento de escolas seculares (*The Economist* 2020a). Aterrorizaram a área, com ataques imprevisíveis em toda a província, com numerações de 1-24 por semana. A Total tinha tentado reiniciar as operações de Janeiro-Março de 2021, mas o ataque a Palma levou a um novo encerramento em Afungi. A ExxonMobil e a ENI eram opacas em relação aos seus planos. Em meados de 2021 Galp também anunciou uma retirada (Reuters 2021).

Rotular Cabo Delgado como campo de batalha religioso seria impreciso, e o carácter islâmico da revolta não deve distrair-se de uma realidade mais profunda: raiva local sustentada contra a pilhagem de recursos e subdesenvolvimento, começando pela madeira de folhosas, areia e mineração de rubi, sem qualquer consideração pelos interesses locais (Valoi 2016). Como resultado, por vezes a rebelião tem como alvo altos funcionários governamentais, por vezes liderando civis, por vezes simplesmente aqueles que estão em perigo, e por vezes mulheres que

são raptadas e abusadas sexualmente. *The Economist* (2020a) traça as origens de Al-Shabab até 2013. O seu primeiro ataque em Outubro de 2017 foi na esquadra de polícia de Mocimboa da Praia, onde alegadamente um jovem tinha sido injustamente encarcerado. De acordo com o principal jornalista de língua inglesa do país, Joe Hanlon (2021a), “Claro que a religião desempenha um papel na guerra. A maioria, mas não todos, dos rebeldes são muçulmanos e os organizadores originais são de Cabo Delgado, incluindo os pregadores muçulmanos fundamentalistas locais. “

Uma pequena insurreição deste tipo preocupou os líderes regionais e os empregados da indústria de combustíveis fósseis, uma vez que as pequenas cidades da província foram repetidamente ocupadas e depois abandonadas pelos insurrectos. Em Agosto de 2020, os insurrectos demonstraram um aumento dramático da capacidade, matando pelo menos 55 soldados das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). Os combatentes do Al-Shabab instalaram-se então em Mocimboa da Praia, afundando um barco do FADM no porto e incendiando empresas de propriedade chinesa, incluindo serrações. A cidade, 200 km a norte da capital provincial de Pemba, estava demasiado longe para permitir o reabastecimento necessário para a sua defesa pelo exército ou pelos seus mercenários.

Contudo, até Março de 2021, os insurgentes tinham permanecido afastados da área de processamento de gás mais de 80 km a norte de Mocimboa da Praia. Depois, um ataque surpresa bem coordenado a Palma criou uma nova dinâmica de poder que pôs em causa a extracção de gás. De 24 a 28 de Março, pela primeira vez, insurgentes assassinaram empreiteiros locais e estrangeiros que trabalhavam nas infra-estruturas de processamento de gás da Total, com várias dezenas de mortos confirmados em Palma, incluindo no Hotel Amarula, orientado para a expatriação.<sup>4</sup> Após o fim do ataque, o exército moçambicano redistribuiu algumas das tropas que protegiam a Península de Afungi para Palma. Ali, testemunhas disseram à comunicação social (incluindo o *New York Times*), tropas indisciplinadas e mal pagas do FADM *também* se envolveram em pilhagens em larga escala, incluindo a explosão de edifícios bancários internacionais e de máquinas de venda automática, bem como outras violações dos direitos humanos (Hanlon 2021b, Selemene 2021, Willis *et al* 2021).

O que ainda não tinha (até então) chegado ao conhecimento do mundo, porém, era informação de base associada à combustão de combustíveis fósseis em Cabo Delgado propriamente dita. A província já era um local de catástrofe climática, em que a desigualdade social estava a ser rapidamente remodelada pelos impactos diferenciais do boom do gás: benefícios que fluem para os envolvidos na extracção - com o seu potente metano proveniente de fugas, queima e combustão - por um lado, e vítimas de condições climáticas severas, ciclones e secas, por outro.

---

<sup>4</sup> Embora haja alguma disputa sobre quanto raça e classe desempenharam um papel na reacção do hotel ao ataque, não foram só os trabalhadores estrangeiros visados pela Al-Shabab pela primeira vez. Também os gestores sul-africanos do hotel e a principal empresa de segurança militar da área na altura, Dyck Advisory Group, alegadamente responderam de uma forma que reflectia o privilégio raça-classe-cidadania, como documentou o *New York Times* (Willis *et al* 2021).

## O ciclone amplificado de Cabo Delgado e as épocas de seca

As escalas da justiça sócio-económica e ambiental há muito que eram pesadas, pesadamente, contra o cidadão comum em Cabo Delgado. Mas o ataque de Palma foi um momento em que as apostas foram elevadas a um novo nível, convidando uma miríade de comentadores e dando também um pontapé de saída à solidariedade regional, incluindo a consciência das ligações climáticas. Os residentes de Cabo Delgado tinham, afinal, sofrido o ciclone Kenneth em Abril de 2019, uma tempestade de força sem precedentes na costa da África Oriental, atingindo um pico de 225 km/h de velocidade do vento. Kenneth destruiu cerca de 35.000 casas só em Cabo Delgado, mas a assistência estatal e a indústria da ajuda não conseguiram igualar as perdas e danos (uma vez que esta foi a segunda tempestade no espaço de um mês), fornecendo geralmente aos moçambicanos apenas um quarto do que era necessário para recuperar. Muito menos estava disponível no distante, difícil de alcançar, extremo norte. O seguro contra tempestades em tais cenários é raro, tendo o Sul Global assegurado apenas 4% dos seus danos climáticos de 2019, em comparação com os 60% de seguro no Norte Global (Christian Aid 2019). Os destroços de Cabo Delgado causados pelo ciclone Kenneth - incluindo estradas e outras infra-estruturas estatais danificadas - permaneceram por reparar, para além da reconstrução de portos, telecomunicações e linhas eléctricas necessárias para enclaves como a Península de Afungi.

A crise climática tem vindo a afectar o norte de Moçambique, mas foi vivida com ainda mais ferocidade no meio do país em Março de 2019. O ciclone Idai tinha viajado primeiro para Moçambique até ao sul do Malawi, e depois para fora novamente, regressando para aplanar 80% da segunda maior cidade do país, a Beira, antes de atingir as terras altas orientais do Zimbabué, deixando mais de 1000 mortos. Curiosamente, o ciclone tinha regressado ao Canal de Moçambique para reunir mais força, um fenómeno nunca antes observado. Havia temperaturas muito mais elevadas da água do mar no Canal de Moçambique, bem acima dos 26,5°C normalmente necessários para gerar sistemas meteorológicos hospitaleiros para os ciclones que sustentam a sua força.<sup>5</sup> Em 2021, seguiu-se o ciclone Jobo, gerando ventos a quase 100kph. Jobo deslocou-se então mais para norte na Tanzânia, o que também foi altamente invulgar, uma vez que a contribuição da rotação da terra para a força do ciclone mais próximo do equador era tipicamente muito mais baixa do que nos trópicos, mais a sul. Agora, alertaram os cientistas climáticos Declan Finney, Hellen Msemo e John Marsham (2018), "Uma vez por século, eventos extremos ao nível do mar, que podem resultar destes surtos de tempestade, podem atingir a costa da África Oriental todos os anos até 2050".

---

<sup>5</sup> Jennifer Fitchett (2018) confirmou o papel dos factores antropogénicos: "Nos últimos 30 anos, houve um aumento progressivo do número de tempestades tropicais de alta categoria", em parte porque as temperaturas mais elevadas à superfície do mar do Oceano Índico Sul de 29°C foram "registadas numa área muito maior", conduzindo por sua vez as tempestades à categoria 5 de intensidade. Desde a década de 1980, observou Fitchett (2018), a sua trajectória "deslocou-se para os pólos na sua localização de origem e aterro", pelo que "tempestades que anteriormente existiam nas águas equatoriais do Oceano Índico Sul central, longe de qualquer massa de terra, estão agora a ocorrer cada vez mais na região tropical meridional", incluindo Cabo Delgado.

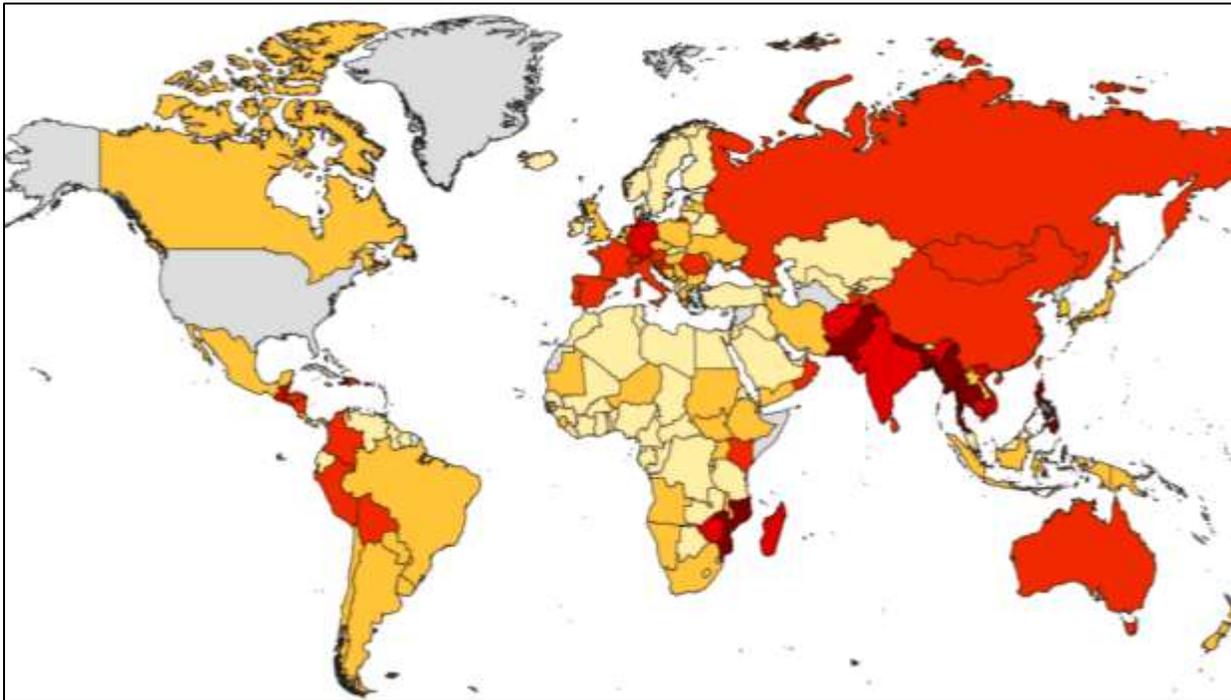
A África Austral também tem sofrido intensas secas no período recente. A Cidade do Cabo enfrentou o que foi designado como uma emergência do “Dia Zero” em 2018, quando se previa o colapso total do abastecimento de água (embora a chuva acabasse por quebrar a seca no momento certo). Outras secções da África do Sul também sofreram secas devastadoras, incluindo a quinta maior cidade (Gqebera) em 2019-21 e as regiões do Cabo Ocidental e do Norte. E em Moçambique, tal como o ciclone Kenneth atingiu em Abril de 2019, a seca também tinha causado uma crise agrícola a sul de Palma. Também em 2019, quando o ciclone Idai atingiu o centro do país, matando mais de 600 moçambicanos (mais de 1000 no total), áreas a norte em Tete e a sul perto de Maputo foram afectadas pela seca.

O clima continuou a revelar o carácter errático da crise climática. Em finais de 2019, Victoria Falls - o marco mais conhecido dentro da bacia vital do rio Zambeze (na fronteira Zimbabué-Zambezi) - tinha “secado a gota de água” devido à pior seca de um século, deixando o Lago Kariba a 15 por cento de capacidade e o Zimbabué a enfrentar graves carências de hidroeletricidade. A região no seu conjunto contava 45 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar (Reuters 2019). As inundações induzidas pelo ciclone em Moçambique, somadas à seca prolongada noutros locais, deixaram o país como sendo o mais afectado pelo clima do mundo em 2019. A gravidade desse ano foi tão grande que como resultado, Moçambique ficou em quinto lugar no mundo nas duas primeiras décadas do século <sup>XXI</sup> (Reliefweb 2021) (Números). Além disso, previa-se que todos estes casos de crise climática se agravariam consideravelmente nas próximas décadas. Hanlon (2021c) foi o primeiro analista influente a ligar as ameaças climáticas aos combustíveis fósseis de Cabo Delgado:

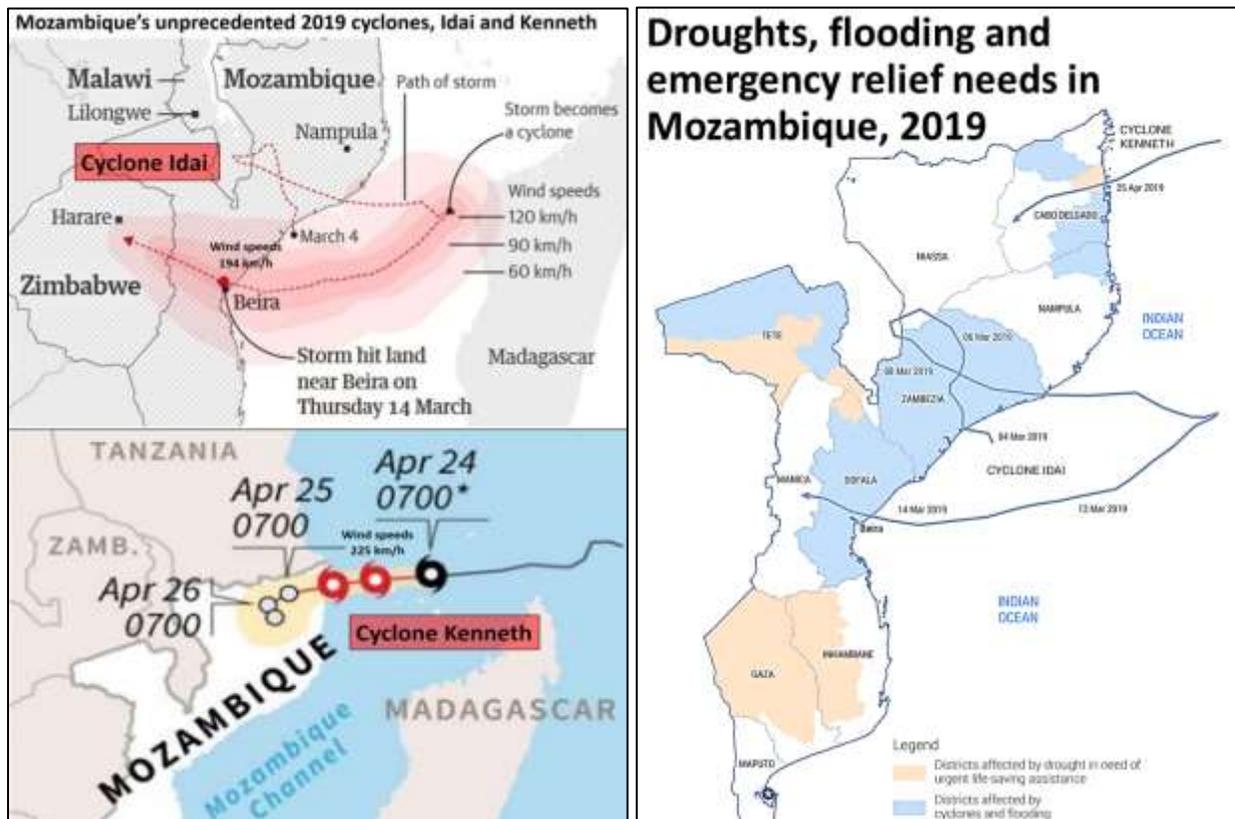
Os bancos, a indústria do gás e os líderes moçambicanos assobiam no escuro e esperam desesperadamente que os governos não concordem em cumprir o objectivo de 1,5 graus de crise climática e que todo o gás continue a ser vendido. Mas à medida que a janela do gás se fecha por causa das alterações climáticas e os custos aumentam devido à insurreição, o rendimento provável para o governo moçambicano e para a elite da Frelimo fica mais pequeno e diminui ainda mais no futuro.

Por essa razão, continuou, “parece improvável que a ExxonMobil vá em frente com a sua parte do projecto repetidamente atrasada. Hanlon (2021c) concluiu, “o pior cenário é que Moçambique é transformado no Afeganistão para produzir gás para criar piores secas na África do Sul”. O melhor caso é que, em vez de enviar tropas, *os forasteiros criam dezenas de milhares de empregos, mas o gás não é desenvolvido. A guerra pára e são evitados ciclones muito piores*” (ênfase acrescentada). Antes de considerar como esse melhor caso poderia ser alcançado, considere o ponto de vista dos que argumentam, em contraste, em nome do envio de tropas da África do Sul e de outros países para intervir, mesmo que isso signifique criar uma nova conflagração do tipo Afeganistão.

Risco climático global (mais escuros são os países de maior risco; cinzento significa que não há dados oficiais disponíveis)



Fonte: Reliefweb 2021



Fonte: Nações Unidas 2019

## Os lobistas subimperial-militaristas minimizam os perigos de auto-flagelação

Um analista anónimo da consultoria política Stratfor - uma firma referida pelos *Barrons* como uma “Agência Central de Inteligência Sombra” (Laing 2001) mas cuja base de dados principal foi exposta pelo WikiLeaks em 2012 - avaliou a fusão subimperialista a longo prazo dos interesses económicos e das proezas militares regionais da África do Sul:

A história da África do Sul é impulsionada pela interacção de competição e coabitação entre interesses nacionais e estrangeiros que exploram os recursos minerais do país. Apesar de ser liderada por um governo democraticamente eleito, os imperativos centrais da África do Sul permanecem: manutenção de um regime liberal que permita o livre fluxo de mão-de-obra e capital de e para a região da África Austral, e manutenção de uma capacidade de segurança superior capaz de se projectar na África Centro-Sul. (Stratfor 2009)

Durante a década seguinte, as capacidades da SANDF deterioraram-se substancialmente mesmo quando foi chamada ao serviço em várias missões africanas. Como descrito abaixo, os desempenhos do exército na África Centro-Sul - bem como em casa - deixaram muito a desejar. No entanto, tanto antes como depois de 1994, e especialmente em 2021, os apoiantes da SANDF incluem um lobby militarista altamente vocal e bem relacionado, a grande maioria dos quais é branca e de classe média alta em termos de classe racial. Alguns são consultores do Complexo Industrial Militar local, embora isto raramente seja revelado em comentários públicos. Muitos agentes de segurança contemporâneos e promotores do extrativismo subimperial datam da era do apartheid (e na verdade muitos são homens com apelidos Afrikaner e serviram nas forças armadas antes de 1994). Nas suas análises do teatro de guerra de Cabo Delgado de 2017-21, houve apenas uma hesitação ocasional e ligeira por parte de grupos de reflexão subimperialistas, jornalistas e comentadores ao defenderem a intervenção armada. Alguns, como o Grupo Internacional de Crise, foram um pouco mais reservados, ou seja, pedindo ajuda militar e humanitária, e sugerindo relações mais sofisticadas com ex-coloniais ou com as forças armadas de outros países imperialistas. A maioria dos comentários, no entanto, revelaram-se incapazes de compreender os custos humanos da guerra, foram acríticos aos acordos empresariais multinacionais com as elites moçambicanas, não demonstraram qualquer consciência climática (nem de causa nem de efeito) e, finalmente, foram subtilmente islamofóbicos.

Os defensores do militarismo tiveram uma abertura em meados de 2020, quando a Ministra dos Negócios Estrangeiros sul-africana Naledi Pandor estabeleceu a agenda subimperial de Pretória em termos inequívocos. Pandor (2020, 12) testemunhou no parlamento que “existe uma grande oportunidade para a África do Sul importar gás natural de Moçambique, pelo que a segurança de Cabo Delgado é de grande interesse para a África do Sul e para a sua estratégia de diversificação energética. As agências de segurança da África do Sul precisam de aumentar a sua capacidade. “Como discutido abaixo, esse reforço não era susceptível de acontecer em condições de austeridade durante os sete meses subsequentes, e de facto a capacidade para comprar equipamento e sustentar o pessoal caiu muito mais rapidamente em resultado dos cortes orçamentais de 2020-21 do Tesouro, bem como de um destacamento surpresa em

meados de 2021 quando a SANDF policiou locais de agitação nas províncias de KwaZulu-Natal e Gauteng durante uma semana de tumultos e pilhagens generalizadas.

No entanto, o potencial que a África do Sul beneficiaria com o gás de Cabo Delgado permitia que a guerra de tedrumming se repercutisse cada vez mais alto nos meios de comunicação locais mais influentes em 2021, periodicamente amplificado pelos comentários do Ministro da Energia Gwede Mantashe a favor da importação de gás moçambicano (Omarjee 2021). A batida emanou de forma mais consistente das duas principais áreas metropolitanas da África do Sul, lar da elite de Pretoria-Midrand-Johannesburg - intelligentsia regionalista (especialistas em política externa, estudiosos, jornalistas e investigadores), e da zona estratégico-militar da cidade de Stellenbosch-Cape (com Potchefstroom um importante outlier da Old School).<sup>6</sup>Esta rede representa a versão da África do Sul de “bombardeiros de portáteis”. “<sup>7</sup>Estes analistas avançam o argumento apresentado por Pandor (2020), nomeadamente que se os gestores estatais da África do Sul consideram o gás da Bacia do Rovuma “de grande interesse” para uma “estratégia de diversificação energética”, então uma lógica correspondente é que “as agências de segurança precisam de aumentar a sua capacidade. “

O comentador militar mais prolífico de África, o correspondente do *Semanário de Defesa de Jane*, Helmut Heitman, fez um caso semelhante de segurança energética em 2021: é “puro interesse próprio egoísta que tentemos estabilizar pelo menos a nossa região” com uma intervenção SANDF, em parte devido ao potencial da insurreição para “colocar em risco a central hidroelétrica de Cahora Bassa”. Coloca em risco os campos de gás dos quais agora retiramos gás. De facto, se se pretende um prazo mais longo, precisamos também dos campos de gás em Cabo Delgado, porque os campos de gás que agora utilizamos [isto é, os campos de

---

<sup>6</sup> Este lobby sobrepõe-se em certa medida a intelectuais que trabalham no campo das Relações Internacionais e que vacuamente designam a África do Sul como uma "potência média". Isto ocorreu primeiro durante o apartheid elevado - especificamente por Dennis Worrall (1968) no Instituto de Assuntos Internacionais SA - e novamente trinta anos mais tarde. Em manifestações recentes, o ponto do rótulo parecia ser um desejado abanão rápido da ignomínia do apartheid-subimperialismo, de modo a adoptar um tom mais construtivo para o século <sup>XXI</sup>. Os estudiosos incluem uma esquerdista - Janis van der Westhuizen (1998, 2013) - que reavivou o termo. Mas a sua utilização subsequente tem sido principalmente para confirmar o potencial de Pretória tanto para reconciliar o conflito Norte-Sul no mundo, especialmente por Maxi Schoeman (2000), Eduard Jordaan (2003), Chris Landsberg (2007), David Monyae (2014), Anthoni van Nieuwkerk (2014), Elizabeth Siridopoulos (2014) e Chris Alden (e Schoeman 2016). Em contraste, o termo subimperialismo foi utilizado para significar um conjunto de agendas e práticas políticas semelhantes às de Ruy Mauro Marini (1972) na introdução da ideia no final da década de 1960 no Brasil, após um golpe militar apoiado pelos EUA (ver Bond 2020, Garcia, Borba e Bond 2021, e análise de Dale Mckinley 2004, Melanie Samson 2009, Justin van der Merwe 2016 e Fantu Cheru 2020, e em Moçambique, Boaventura Monjane 2016). Aqueles que consideram a África do Sul uma Potência Média potencialmente benigna dão fundamentos ideológicos - mas não são necessariamente o mesmo grupo que - aqueles que em 2021 defenderam vociferantemente a intervenção da SANDF em Cabo Delgado.

<sup>7</sup> Esta frase surgiu para capturar o espírito dos intelectuais americanos de meados da década de 1990 que defendiam a bomba no tapete da Sérvia. Foi cunhada por Simon Jenkins em *The Spectator*, mas mais popularizada pelo colunista do *Los Angeles Times* Alexander Cockburn (1994). Este último testemunhou o debate sobre o trágico desmembramento da Jugoslávia, tornando-se "uma das mais espantosas manifestações de belicismo de alta mente desde que a nata da intelligentsia europeia da esquerda aplaudiu as suas respectivas nações na carnificina da Primeira Guerra Mundial".

gás offshore da Sasol no centro de Moçambique, em Temane-Pande] estão a esgotar-se” (SA Broadcasting Corporation 2021). Para ilustrar a melhoria da segurança necessária para a transferência de gás de Cabo Delgado, o proposto Gasoduto Renascentista Africano para Joanesburgo foi recebido com entusiasmo em meados da década de 2010, embora se tenha tornado um sonho de canalização quando a insurreição começou.<sup>8</sup>No entanto, o principal militarista do partido da oposição, o Ministro da Defesa da Aliança Democrática Kobus Marais, salientou precisamente essa importação directa (isto é, por gasoduto e não por navio) quando falou ao *Cape Talk* alguns dias após o ataque de Palma:

A África do Sul tem certamente um interesse directo no que está a acontecer em Cabo Delgado. Existem empresas mineiras sul-africanas que operam oficialmente com toda a autoridade necessária nessa área. É rica em minerais e pedras preciosas e depois, obviamente, toda a indústria do GNL. A África do Sul tem grandes investimentos em termos de construção, fornecimento de material de construção, manutenção, etc. Lembre-se também que já estamos a levar o GNL de Moçambique para a Sasol. E depois há a possibilidade de obter algo do género directamente de Cabo Delgado para Gauteng. Portanto, temos de nos envolver. (Marais 2021a)

Para *não* intervir, Marais (2021b) continuou, seria “insustentável, inacessíveis e indefensáveis do ponto de vista da política externa”. Embora os EUA, França e Portugal estejam actualmente todos presentes, não é ideal que a região não faça parte de qualquer força de estabilização. “No mesmo espírito, Theo Neethling (2021), presidente do departamento de ciência política da Universidade do Estado Livre, defendeu “o apoio militar sul-africano para estabilizar Cabo Delgado e restaurar a lei e a ordem a curto prazo. Poderá mesmo ser necessário um maior apoio internacional”, em parte porque “a Sasol tem investido fortemente em projectos de exploração de gás desde 2014”. Neethling (1999) tinha argumentado, de forma semelhante em 1998, em nome da intervenção militar confusa da África do Sul no Lesoto, porque a barragem de Katse abastece Joanesburgo com água.

François Vreÿ (2021), Professor Emérito de Estratégia na Universidade de Guerra de Stellenbosch, foi ainda mais franco sobre as empresas multinacionais beneficiárias: “O impacto derramado no mar enquanto as empresas de gás paralisavam o desenvolvimento de extensas infra-estruturas estrangeiras para o sector energético. O restabelecimento da confiança necessária para que a indústria do gás retome as actividades é um grande incentivo para que a insurreição seja controlada. “Da mesma geração (e etnia), a analista Jasmine Opperman do

---

<sup>8</sup> Para evitar o tráfego marítimo, rodoviário e ferroviário ao explorar os campos de gás de Pande a partir de 2004, foi construído um gasoduto de 900 km, atravessando para a África do Sul em Lebombo-Komatipoort. O percurso começa na instalação de GNL de Temane (perto de Vilanculos) no meio de Moçambique e termina em Secunda, onde o gás é espremido em petróleo líquido no ponto de emissão de gases com efeito de estufa mais elevado do mundo. Poderia ser construída uma extensão *duas vezes mais longa* para norte, até Palma? Mesmo sem guerra civil, a manutenção de tais gasodutos é árdua, e como a *Bloomberg* relatou em Outubro de 2020, num terreno muito mais seguro da África do Sul, “os gasodutos Transnet tiveram mais de 80 incidentes de roubo de combustível este ano financeiro que envolvem a manipulação de infra-estruturas”, principalmente para o petróleo roubado do bunker (Burkhardt 2020).

Armed Conflict Location & Event Data Project esperava que a combinação imperial-subimperial pudesse realmente funcionar: “uma força unida estrangeira/regional com um comando e controlo racionalizados pode desviar o ímpeto dos insurrectos... É uma insurreição que não pode ser vista, e não deve ser considerada e subestimada, como um risco não só para Moçambique mas também para a região” (Essau 2021).

Essa parte particular da narrativa - que a insurreição se espalhará, não apenas pela Tanzânia, onde as condições estão maduras, mas talvez até Joanesburgo-Pretória, à Cidade do Cabo e a Durban (onde em cada uma delas há grandes populações muçulmanas) - poderia ser baseada na paranóia ou no medo justificado. Poderia também ser um estratagema para promover o militarismo. Mas a preocupação com o contágio islamo-terrorista é tão facilmente uma narrativa para *não* introduzir tropas no norte de Moçambique, de modo a *não* chutar o vespeiro do ninho e potencialmente ser confrontado com uma reacção negativa noutros locais. Como disse Opperman (2021), “O problema com que estamos sentados é a ameaça do Estado islâmico dirigida à África do Sul se se envolverem em Cabo Delgado, e essa ameaça deve ser levada a sério. Sabemos que temos figuras de discípulos do Estado islâmico em terra natal” (Le Roux 2021).

Um segundo componente da narrativa pró-intervenção é que se a SADC não intervir, então os EUA ou outros interesses estrangeiros intervirão. Opperman referiu-se à nova administração de Joe Biden, “Há claras agendas estrangeiras em jogo... Isto é vinho velho numa garrafa velha com um novo rótulo... Os EUA vão apenas agravar a situação” (Le Roux 2021). Conseguiriam os militares americanos derrotar o Al-Shabab? Processar uma guerra de arbustos contra rebeldes deste tipo será difícil, uma vez que os combatentes são aparentemente capazes de se misturarem dentro e fora do denso terreno de Cabo Delgado. Após quase quatro anos de luta, apenas alguns prisioneiros foram capturados, sem sucesso aparente do exército moçambicano na captura de líderes ou na reconquista de bases de guerrilha.

Dado o terrível historial do exército local, o Grupo Internacional de Crise, uma rede criada em 1995 por diplomatas norte-americanos e britânicos que “aspira a ser a organização preeminente que fornece análises e conselhos independentes sobre como prevenir, resolver ou gerir melhor um conflito mortal”, defendeu uma abordagem cuidadosa mas, não obstante, militarista. “Os seus escritores observaram,

Para domar a insurreição, Maputo precisa de usar a força, com assistência personalizada de parceiros externos, e de abordar cuidadosamente as queixas subjacentes... Os parceiros ocidentais de Moçambique dizem que querem ajudar, mas os seus diplomatas dizem que as suas capitais estarão relutantes em fornecer material para os militares sem que a instituição passe por uma formação e reformas significativas... Um destacamento pesado de tropas regionais não familiarizadas com o terreno local pode não ser necessário. Em vez disso, Maputo deveria acolher assistência africana e internacional sob medida para apoiar as suas próprias forças especiais, que estão a receber formação principalmente de alguns parceiros ocidentais. Deveria encarregar estas forças especiais de liderar operações militares restritivas para conter e depois degradar o Al-Shabab. (Grupo Internacional de Crise 2021)

De facto, outra narrativa reconhece que sem abordar as queixas socioeconómicas, a necessária supressão militar do Al-Shabab não resolverá as tensões locais. Serão necessárias diversas fontes de poder regional e ajuda humanitária, segundo os comentadores do SA Institute for Security Studies Jakkie Cilliers, Liesl Louw-Vaudran, Timothy Walker, Willem Els e Martin Ewi (2021). Para Opperman, “Não temos escolha. Não podemos deixar que o ISIS ou um grupo terrorista internacional dirija a nossa política externa, mas também temos de aplicar cautela aqui. Não podemos simplesmente destacar soldados. Isso não vai resolver o problema” (Le Roux 2021).

Finalmente, um outro factor ocasionalmente apontado em narrativas de bombardeos de portáteis (e também pelo assistente de Nyusi, Raul Domingos) são os alegados interesses do Qatar, tanto como fonte de financiamento e apoio ideológico ao extremismo islâmico como como o principal concorrente potencial das exportações de GNL nas proximidades (uma vez que os outros dois principais produtores são os Estados Unidos e a Rússia). Não foram produzidas provas que provassem o papel do Qatar, nem foram apresentadas provas (até meados de 2021) de combatentes fundamentalistas islâmicos pagos por estrangeiros, mesmo que ocasionalmente surgissem relatos de guerrilheiros de pele clara, ou de línguas diferentes faladas. Em vez disso, a capacidade dos combatentes de se fundirem de novo nas comunidades de Cabo Delgado era formidável, ao ponto de alegados militantes islâmicos se terem infiltrado nas fileiras de fugitivos em barcos para outras cidades costeiras, imediatamente após os ataques de Palma (Fabricius 2021).

Pondo de lado a advocacia pró-intervenção, houve em meados de 2021, vários perigos genuínos associados a novas incursões armadas em Cabo Delgado. Um perigo estava em ignorar o desgosto que os residentes locais tinham pelo governo de Moçambique, especialmente o exército e também aliados mercenários como o Grupo Wagner, Dyck Advisory Group e Paramount Group, que tinham cometido inúmeras e flagrantes atrocidades (Sauer 2019, Hanlon 2021b, *The Economist* 2020b), no contexto do subdesenvolvimento sistémico e da extracção de riqueza ao longo das décadas. Por sua vez, um perigo relacionado era uma deslegitimação inadequada dos insurgentes através da subestimação do grau em que o desespero socioeconómico e a raiva criaram um enraizamento duradouro para a sua construção de bases. Um terceiro perigo óbvio era ignorar completamente o papel da crise climática no exacerbar tanto o papel das vítimas (ciclones e vítimas da seca) como o dos vilões (Big Oil) em Cabo Delgado.

Os próprios analistas pró-intervenção são assim culpados (em diferentes graus) de negação, definida como assumindo três formas Stanley Cohen (2001): se *literal* (por exemplo, em disputar os factores locais, assumindo assim que as tropas regionais e ocidentais podem resolver o problema como se fosse meramente cirúrgico “degradando” o inimigo insurrecto); *interpretativo* (e.(por exemplo, em minimizar os factores socioeconómicos e ecológicos); e *implícito* (não reconhecer a necessidade de deixar os combustíveis fósseis por explorar e pagar reparações por danos climáticos). No entanto, os analistas de bombardeamentos de portáteis eram apenas um problema tão sério como havia forças reais no terreno para activar a ameaça.

Estas tomaram a forma de mercenários, do exército SA e das tropas de outros países, mais imediatamente do Ruanda, bem como de outros países da SADC e potenciais potências ocidentais, incluindo os antigos colonos portugueses.

### **Erros mercenários**

Do lado do governo moçambicano e da Total, centenas de soldados estrangeiros foram contratados para combater em Cabo Delgado, incluindo o mais conhecido empregador de mercenários do mundo, Erik Prince, antigo chefe executivo da Blackwater. Em meados de 2008, apareceu à beira de gerir o trabalho de contra-insurreição em Moçambique através de uma empresa maioritariamente chinesa, a Frontier Services Group, que tinha um contrato de segurança com a companhia petrolífera estatal ENH. Mas os termos e condições nunca foram acordados, por isso em Setembro de 2020 retirou-se do terreno (Feller 2021).<sup>9</sup>

Entretanto, a segurança da operação Afungi da Total estava a ser parcialmente gerida por uma filial -Arkhê - de uma empresa sul-africana sediada nas Maurícias, a Omega, que servia numerosas empresas internacionais e embaixadas em Moçambique. Já tinha alcançado notoriedade em Cabo Delgado enquanto protegia uma casa mineira de rubis sul-africana, Gemfields. Com 40 por cento dos rubis do mundo na província, a mina Montepuez da empresa era altamente rentável. Mas em 2016-19 houve uma violência tão intensa das tropas de Arkhê contra os mineiros artesanais da província, que os advogados londrinos Leigh Day abriram um processo de acção colectiva em nome dos residentes da comunidade, incluindo familiares de várias pessoas mortas pela segurança da Gemfields. Sem admitir a sua própria culpa, Gemfields resolveu sair do tribunal em 2019 por 5,8 milhões de libras. No entanto, a violência continuou nos meses seguintes, dado que a empresa mineira não conseguiu retirar lucros a Cabo Delgado (*miningmx.com* 2020).

A actividade mercenária relacionada com o gás em Cabo Delgado começou em meados de 2019 com a entrada do Grupo Wagner com sede em Moscovo.<sup>10</sup> Ao estabelecer uma linha inicial de abastecimento de longa distância para Moçambique em Setembro desse ano, as forças de Wagner foram alegadamente apoiadas pela Força Aérea Russa. Mais de 200 agentes Wagner, três helicópteros de ataque e munições pesadas foram enviados para Cabo Delgado até Outubro. Mas nesse mês, pelo menos onze tropas Wagner foram mortas (das quais quatro foram decapitadas) numa emboscada; outras morreram devido ao fogo amigável do exército

---

<sup>9</sup> Após embaraços sobre os contratos de fronteira com o governo chinês e empresas em Mianmar e Xinjiang onde respectivamente, activistas da democracia (e muçulmanos Rohingya) e o povo Uyghur foram brutalmente reprimidos, o Príncipe demitiu-se do grupo em Abril de 2021.

<sup>10</sup> O proprietário da firma, Yevgeny Prigozhin, foi considerado o favorito de Vladimir Putin, sendo Wagner frequentemente descrito como "Kremlin-linked". "O seu primeiro combate foi na Ucrânia em 2014 e em breve, Wagner não só apoiou as tropas russas na Síria, como começou a assumir missões em África. Em 2020, havia 20 escritórios espalhados por todo o continente, alguns dos quais tinham degenerado em campos de batalha quentes ou locais onde os militares reprimiram os cidadãos locais: Sudão, República Centro Africana, Líbia, Zimbabué, Angola, Madagáscar, Guiné e Guiné Bissau. Os mercenários de Wagner foram pagos apenas entre \$1800 e \$4700/mês, cerca de um quinto do que os combatentes da África Ocidental e do Sul cobram (Sauer 2019, *The Economist* 2020b, White Mountain Research Group 2021).

moçambicano mal treinado. Como o *Moscow Times* relatou sobre Cabo Delgado, “O matagal é tão espesso que todo o equipamento de alta tecnologia que Wagner trouxe deixa de ser eficaz”. Os russos chegaram com zangões, mas não os podem realmente utilizar” (Sauer 2019). Em Novembro de 2019, as relações de Wagner com o FADM tinham-se deteriorado de tal forma que os russos partiram, aparentemente humilhados pelas suas perdas (*The Economist* 2020b).

Após a retirada de Wagner, duas equipas de mercenários sul-africanos desempenharam papéis de liderança no combate - ou no fornecimento do exército moçambicano para combater - Al-Shabab: Dyck Advisory Group (DAG) durante 12 meses em 2020-21, e depois, a partir de Abril de 2021, o Grupo Paramount, incluindo a sua ala de treino armado recentemente adquirida, Burnham Global, que tinha anteriormente servido os exércitos britânico e canadiano no Médio Oriente. Ambos representavam as piores tradições do militarismo colonizador-colonial branco, mas aparentemente eram vistos por Nyusi como preferíveis a trazer um exército da SADC, ao qual ele resistiu até Junho de 2021. Tal como *The Economist* (2020b) interpretou a contratação de Wagner, Dyck e Paramount por Nyusi, “os pistoleiros profissionais são baratos, eficientes e negáveis”.

O mercenário sénior da região era Lionel Dyck, uma lenda local do final dos anos 70 quando destacou tropas do DAG para Cabo Delgado em 2020, quando os russos evacuaram. Começou a sua carreira no exército rebelde da Declaração Unilateral da Independência de Ian Smith e ainda se intitulava lealmente “Rodesiano”, não obstante o seu valioso serviço a Robert Mugabe após a libertação ter sido conquistada em 1980 pelo partido da União Nacional Africana (Frente Patriótica) do Zimbabué (ZanuPF) que liderou. Controversamente, durante meados dos anos 80, Dyck defendeu os ataques militares amplamente condenados de Mugabe contra o povo Ndebele, que mataram mais de 20.000 civis. Mas ele foi especialmente apreciado tanto em Harare como em Maputo pelo seu papel subsequente no encaminhamento da Renamo numa batalha, quando as tropas de Mugabe defendiam a ligação do Corredor da Beira a Mutare. Mais tarde, recorreu a operações de desminagem e também ao apoio à guerra de “conservação da fortaleza” da África do Sul contra os caçadores furtivos de rinocerontes.

Em pouco mais de um ano de acção em Cabo Delgado em 2020-21, o DAG tinha um registo duvidoso. Por um lado, os soldados da Dyck foram creditados por terem salvo vários estrangeiros e muitos residentes locais que durante o ataque de Março de 2021 Palma poderiam não ter sobrevivido de outra forma se não fossem resgatados pelos pequenos helicópteros da DAG. Dyck tinha inicialmente destacado apenas 30 dos seus homens, e não foram acrescentados muitos mais. Mas eles tiveram um impacto devastador na vida na zona de guerra. Com base em 53 entrevistas com residentes, o relatório da Amnistia Internacional (2021) “*O que eu vi foi a morte*”: *Os crimes de guerra na capa esquecida de Moçambique* acusaram a DAG de violações generalizadas dos direitos humanos. As tropas da DAG em helicópteros “dispararam indiscriminadamente contra multidões, ou largaram artilharia, sem distinguir entre combatentes e civis”. O próprio Dyck disse à CNN, sem se preocupar, “os dissidentes encontraram um hospital a disparar contra nós e nós disparámos contra eles... Não

faço ideia porque é que se fala tão mal dos mercenários”. Também temos essa reputação, boa ou má, não a compreendo” (McKenzie 2021).

Embora surgissem relatos de que o DAG continuava ao serviço militar após vários meses de interrupção em meados de 2021, a partida oficial foi no início de Abril. Nessa altura, os homens de Ichikowitz da Paramount e Burnham Global assumiram o treino e o fornecimento de armas à RICA, não obstante as disposições das próprias leis anti-mercenárias da África do Sul que possam ter posto em causa estas relações. Ichikowitz tinha relações estreitas com o ANC desde o início dos anos 90 (quando era estudante na universidade principal em Joanesburgo).<sup>11</sup> Nos anos 2010 a sua relação com o partido no poder era tão forte que foi escolhido para transportar Zuma para o Cazaquistão, Líbano e Washington DC no seu jacto privado. A principal crise geopolítica internacional que ele (e o seu irmão Eric) provocou foi no Malawi. Em 2013-14, Ichikowitz presenteou o pequeno presidente do país centro-africano, Joyce Banda, com o uso de jactos livres e apoio às relações públicas através da notória consultoria Bell Pottinger. (Essa firma londrina também serviu a família Gupta ao corromper a Zuma em 2016-17, até ser encerrada devido à indignação de outros clientes e da sociedade britânica e sul-africana em geral).<sup>12</sup>

Ichikowitz afirmou repetidamente não estar a violar as leis sul-africanas que proíbem a venda de armas a regimes repressivos. “Não forneceremos países que tenham um mau historial em matéria de direitos humanos, não forneceremos países que estejam em guerra activa e não forneceremos países que tenham o risco de a utilizar contra a sua população”. No entanto, a brutalização da população de Cabo Delgado pelo governo moçambicano - especialmente do exército - não é contestada.<sup>13</sup> Além disso, com a Paramount veio uma ala de treino armado

---

<sup>11</sup> Ichikowitz tinha começado a sua carreira trabalhando para vender o excedente de armas SANDF, inclusive a Kagame, e desde então tinha elogiado o odiado ditador Teodoro Obiang Nguema Mbasogo da Guiné Equatorial, bem como o falecido ditador da RDC Mobutu Sese Seko, a quem chamou "um líder forte e poderoso amado por muitos do seu povo". "Uma investigação *Amabhungane* de 2020 identificou uma negligência generalizada, incluindo vários resgates internos de empresas e falências no seio do Grupo Paramount, em parte porque Ichikowitz matou à fome as filiais locais e utilizou Chipre para fluxos financeiros ilícitos - alegações que Ichikowitz atribuiu à "espionagem industrial e tentativa de sabotagem" (Reddy 2020). Nessa altura, Ichikowitz já tinha adquirido formalmente a cidadania e novas residências tanto em Chipre como na Austrália.

<sup>12</sup> Na altura, a Paramount forneceu ao exército da Banda 145 milhões de dólares de barcos militares de alto preço para uso no Lago Malawi, cujo contrato foi questionado depois de ter sido derrotada numa campanha eleitoral em 2014, em grande parte devido a alegações de corrupção associadas aos presentes e contratos da Paramount. De facto, apenas uma pequena fracção do negócio de barcos (no valor de 17 milhões de dólares) foi retida pelo novo governo (Nyale 2016). Ichikowitz tinha ao mesmo tempo fornecido ilegalmente ao Embaixador israelita na África do Sul um voo gratuito e um fim-de-semana de férias, causando um escândalo em Tel Aviv (Donzis 2014).

<sup>13</sup> Em geral, a supervisão da venda de armas de Pretória é muito fraca, como testemunhado pouco antes da invasão do Iraque pelos EUA/Reino Unido em 2003 (em falsas premissas das alegadas Armas de Destruição Maciça de Saddam Hussein). Nessa altura, Denel forneceu aos beligerantes ocidentais munições de cartuchos, propulsores de artilharia, e descobridores de alcance a laser. Em 2010, o Auditor Geral estabeleceu 58 negócios duvidosos de armas entre sul-africanos, incluindo com regimes violadores de direitos no Sudão, Gabão, Jibuti, Etiópia, Argélia, Egito e República Centro-Africana. O governo sul-africano tinha também acusado especificamente as empresas de Ichikowitz em 2005 de "violação das regras de controlo de armas nas exportações para vários países, incluindo Angola e o Gana". "Alegadamente, pelo menos um coronel do exército foi subornado no processo. Em 2007,

recém-adquirida, uma ala que em tempos serviu o exército britânico durante as viagens de serviço ao Afeganistão e ao Iraque, conhecida como Burnham Global (um conselheiro do qual Sir Graeme Lamb foi o segundo principal líder militar no Iraque ocupado). Negando qualquer intenção de enviar mercenários para o campo de batalha moçambicano, o outro principal dever da Paramount para além do treino dos militares moçambicanos era fornecer três tipos de helicópteros (Gazelle, Mi-17 e Mi-24) e veículos (Marauder).

Estas forças mercenárias eram frequentemente um embaraço agudo para o país anfitrião África do Sul, com golpes de Estado e corrupção planeados frequentemente a partir de Joanesburgo e da Cidade do Cabo, mesmo nos tempos pós-apartheid. O que, então, trouxe o principal exército da SADC - o SANDF - como potencial substituto, e que outros militares estavam alinhados mesmo à frente e atrás dos sul-africanos?

### **A militarização interestatal de Moçambique**

Iniciamos uma breve revisão das outras forças armadas à beira dos compromissos de meados de 2021 em Moçambique, com a maior força regional: da África do Sul. Recordemos a opinião de Stratfor (2009) de que um “imperativo” da África do Sul pós-apartheid permaneceu não só “o livre fluxo de mão-de-obra e capital” intraregionalmente, mas também, para fazer cumprir isto, “uma capacidade de segurança superior capaz de projectar na África Centro-Sul”. Este último papel, contudo, há muito que tem dado tanto aos militaristas como aos anti-militares sul-africanos grandes motivos de preocupação, em parte devido à ilegitimidade da SANDF antes de 1994 e à sua competência desigual desde então. Não havia dúvida de que, sob o apartheid, a capacidade superior de segurança permitiu aos militares sul-africanos conduzir um terrorismo de estado regional sem rival durante a década de 1970-80. Isso terminou, porém, com a Batalha de Cuito Cuanavale de 1987-88 em Angola, durante a qual o apoio aéreo cubano ao exército angolano foi decisivo e mais de uma centena de soldados brancos regressaram à África do Sul em sacos de cadáveres.<sup>14</sup>

---

Ichikowitz esteve envolvido no que o *Sunday Times* designou como "um empreendimento mineiro no leste da República Democrática do Congo devastado pela guerra com a família Makabuza, cujos membros foram acusados de comércio ilegal de armas e financiamento de um grupo rebelde acusado de crimes de guerra". "Em 2014, para além de alegadamente corromper o governo da Banda, a Paramount forneceu à polícia brasileira armas para utilizar na sua repressão sobre as favelas antes do Campeonato Mundial de Futebol, apresentando execuções extra-judiciais e deslocações em massa. Em 2020, os porta-aviões blindados Mbombe da Paramount foram encontrados na Líbia devastada pela guerra, que os observadores suspeitavam ter ocorrido através das estreitas relações de Ichikowitz com a Arábia Saudita ou com a Jordânia.

<sup>14</sup> Um resultado imediato foi a constatação de que as linhas de abastecimento do exército estavam demasiado esticadas tanto logística como psicologicamente, e não só a luta militar que Pretória tinha apoiado desde meados dos anos 70 falhou (o movimento guerrilheiro Unita matou um milhão de angolanos mas não conquistou o poder). Entre o sul de Angola e a fronteira sul-africana estava a colónia de Pretória na África do Sudoeste - cujo movimento de libertação tinha ganho até 1989 apoio internacional suficiente para que a Força de Defesa SA (SADF) fosse forçada a recuar e o país ganhasse a sua liberdade. As incursões periódicas da SADF na região incluíram também ataques terroristas do Estado contra proponentes da democracia que eram membros civis do Congresso Nacional Africano, no Lesoto, Botswana, Eswatini, Zimbabué e Zâmbia. O papel da SADF em Moçambique incluiu o apoio ao movimento de direita da Renamo que, tal como a Unita em Angola, é acusado de matar um milhão de civis sem nada para mostrar a não ser o estatuto de oposição pós-1992.

O exército do regime do apartheid foi também brutal ao trabalhar dentro da África do Sul - tanto nas cidades negras como nas zonas rurais bantustões - mas, depois dos finais dos anos 80, também cada vez mais ineficaz em reprimir o movimento democrático de massas. No período desde a rebelião juvenil do Soweto de 1976, quando os soldados se tornaram uma presença constante em townships, até ao início da actividade da “Terceira Força” dos anos 90, a SADF criou propositadamente o caos em muitas áreas da África do Sul. Especialmente na sua colaboração com a polícia sul-africana e o movimento inkatha zulu nacionalista, dezenas de milhares de mortos de activistas negros (e alguns brancos) foram atribuídos ao terror estatal, incluindo 14.000 só de 1990-94 (Stott 2002, 36).

A era pós-apartheid testemunhou seis grandes compromissos da SANDF, que merecem ser brevemente revistos para avaliar se de longe a maior força militar da região é capaz de levar a cabo uma pacificação a longo prazo da insurreição de Cabo Delgado: Lesoto em 1998; Burundi em 2001-09; Sudão desde 2004; República Centro-Africana em 2013; República Democrática do Congo oriental desde 2013; e destacamento interno de tropas no interior da África do Sul para impor os regulamentos de encerramento da Covid-19. Para resumir estes,

- No Lesoto, uma missão de contra-ataque da SANDF em Setembro de 1998, inicialmente ao muro da barragem de Katse - destinada a impedir a ameaça de sabotagem do Projecto de Água das Terras Altas do Lesoto (abastecimento da província de Gauteng) através da mutilação de soldados das Forças de Defesa do Lesoto - levou à morte de mais de 50 destes últimos, juntamente com 9 tropas da SANDF (de um total de 600 destacados) e 40 civis (Ka’Nkosi 1998), numa série de lutas descritas pelo cientista político sul-africano Philip Frankel (2000) como um “desastre” que cumpriu “algumas das piores previsões de brutalidade, indisciplina e má liderança” do novo exército democrático;
- a missão do Burundi foi bem sucedida dentro dos estreitos termos de um mandato de 2001-09 - no qual 750 tropas da SANDF foram destacadas para ajudar o exército local a travar uma guerra civil de 1993-2005, e especificamente para proteger 150 políticos Hutu anteriormente exilados - mas não foi uma paz duradoura, pois pouco depois da partida da SANDF, a insatisfação durante as eleições de 2010 e 2015 levou a uma tentativa de golpe e a um protesto generalizado da sociedade civil;
- no Sudão, o destacamento da SANDF - através da Missão Híbrida ONU-União Africana no Darfur - deixou as tropas vulneráveis em meados de 2015 a uma situação (alegada) de quase reféns para centenas de tropas sul-africanas, devido à raiva dos soldados sudaneses contra a potencial detenção do seu líder Omar Al-Bashir durante uma visita a Joanesburgo para uma conferência da União Africana,<sup>15</sup> e embora isso tenha sido

---

<sup>15</sup> As tensões entre as tropas sudanesas e a SANDF aparentemente só arrefeceram quando o líder sudanês Omar al-Bashir foi autorizado a fugir sub-repticiamente da África do Sul, depois de ter sido emitido um mandado de captura graças ao desejo de uma ONG legal local de ver seguido o mandato do Tribunal Penal Internacional (o que, por sua vez, levou Jacob Zuma a iniciar a retirada do TPI).

resolvido graças à fuga de Al-Bashir antes da implementação da detenção ordenada pelo tribunal, as humilhações continuaram;<sup>16</sup>

- na capital da República Centro-Africana Bangui, em Março de 2013, o destacamento de 220 soldados da SANDF foi ainda mais caótico do que no Lesoto, porque ambos os presidentes Thabo Mbeki e Zuma tinham concordado em defender o ditador François Bozizé na sequência de um acordo de 2006 para o controlo do monopólio do mercado de diamantes e outras oportunidades comerciais partilhadas com o braço de investimento do Congresso Nacional Africano, a Chancelaria (Amabhungane 2013), mas 15 mortes SANDF resultaram quando Bozizé foi derrubado pelo movimento rebelde Séléka nesse mês, deixando tropas amargas a dizer aos repórteres do *Sunday Times*: “Os nossos homens foram destacados para várias partes da cidade, protegendo os pertences dos sul-africanos. Foram os primeiros a serem atacados... fora dos diferentes edifícios - os que pertencem a empresas em Jo’burg” (Hosken e Mahlangu 2013); e
- na República Democrática do Congo oriental em 2013 (pouco depois da Batalha de Bangui), Zuma renovou o forte papel da SANDF na missão de manutenção da paz da ONU - incluindo o destacamento para Bunia, num raio de 50 km de uma concessão petrolífera do Lago Albert no valor de 10 mil milhões de dólares que o seu sobrinho Khulubuse Zuma muito duvidosamente adquiriu em 2010 ao presidente da RDC Joseph Kabila Jr. - não obstante as alegações de abusos das tropas sul-africanas contra os residentes locais e, na verdade, outros escândalos se seguiram em breve, incluindo tumultos bêbados (e sexuais), e um caso em que as tropas da SANDF ignoraram um massacre em 2016 pelos senhores da guerra a apenas um quilómetro da sua base (Allison 2016), o que, juntamente com outras queixas, levou a intensos protestos da juventude contra a missão da ONU em 2021; e
- os destacamentos internos sul-africanos de tropas SANDF começaram em 2019 em Mitchells Plain e outras cidades da classe trabalhadora da Cidade do Cabo a fim de subjugar a guerra dos gangues, e em Abril de 2020 foram ampliados para a aplicação de um dos mais rigorosos bloqueios económicos do mundo - com quase 80.000 tropas (incluindo forças de reserva) a servir no pico de Maio-Setembro - mas com contínuas controvérsias sobre abusos, de tal forma que o principal jornal de Joanesburgo editorializou, “Muitas histórias de brutalidade dos membros da SANDF estão a fazer as rondas entre as comunidades e sobre os meios de comunicação social. Constatou-se que os militares estavam a impor o encerramento da Covid-19 à custa de minar os direitos humanos, a dignidade pessoal e o senso comum. É necessária uma solução, urgente, para lidar com a mentalidade dos homens e mulheres nas forças armadas” (*The Star* 2021).

---

<sup>16</sup> Por um lado, os activistas da paz sudaneses consideraram a retirada das tropas da SANDF em 2016 perigosamente prematura, mas por outro, como disse Heitman a Fabricius (2016), “a missão tem sido em grande parte inútil, em resultado de as suas forças serem igualadas, se não superadas, pelo armamento disponível para as várias milícias”. Uma pequena equipa residual foi deixada para trás, mas em 2019 sofreu a perda temporária de dois dos seus veículos num sequestro, embora tenham sido devolvidos, embora à custa de algumas fatalidades locais (Martin 2019).

(No momento em que foi escrito, em meados de Julho de 2021, o SANDF foi subitamente chamado ao serviço para reprimir os tumultos em duas províncias sul-africanas, que provocaram mais de 330 mortes e 5 mil milhões de dólares em prejuízos durante quatro dias. Estes não foram os habituais protestos sul-africanos de prestação de serviços que, em alguns períodos de dissidência, ocorrem milhares de vezes por ano, nem casos de pressão progressiva de defesa por parte de sindicatos ou movimentos sociais. Foram revoltas caóticas, sem qualquer lógica para além da pilhagem consumista, embora a faísca inicial tivesse um sabor zulueticista em apoio ao ex-presidente Zuma, que foi preso. O destacamento da SANDF começou com 2500 soldados iniciais, mas estes tinham tão pouca presença visível em Durban, Pietermaritzburg, Joanesburgo, Pretória ou duas dúzias de outros locais de tumultos. A força foi subitamente reforçada para 25.000. Isto deixou uma capacidade reduzida para enviar as 1500 tropas programadas para Moçambique, a um custo previsto de quase 70 milhões de dólares. No entanto, uma equipa SANDF adiantada destacou para Cabo Delgado, dentro do prazo previsto, em finais de Julho de 2021).

Em muitos desses cenários, as tropas SANDF apareceram não só indesejáveis mas também despreparadas, como vários comentadores pró-intervenção (não apenas Heitman) reconheceram de má vontade. Isto deveu-se em parte aos persistentes cortes orçamentais pós-apartheid exacerbados em 2021 pelo renovado esforço de austeridade do Tesouro, na sequência da abertura de um défice orçamental substancial devido ao encerramento da Covid-19 em 2020 (o PIB era 7% mais baixo do que em 2019 e as receitas fiscais tinham caído ainda mais). Em Abril de 2021, após um corte orçamental de 1,04 mil milhões de dólares em três anos, o Ministro da Defesa Nosiviwe Mapisa-Nqakula (2021) queixou-se ao Parlamento: “As nossas capacidades de defesa estão sob extrema tensão. A nossa capacidade de equipar e treinar adequadamente a nossa força tornou-se progressivamente mais difícil. As actuais manifestações de ameaça exigem mais botas no terreno, o que é contrário ao tecto de financiamento imposto ao pessoal”. De acordo com Heitman,

o exército, sem rodeios, não tem infantaria suficiente para lidar com o destacamento de Moçambique mais a do Congo mais a da fronteira. Não temos o elevador aéreo para deslocar tropas rapidamente. Não dispomos de helicópteros de ataque Rooivalk suficientes. Não temos os meios navais para realmente assegurar o Canal de Moçambique bem como as nossas próprias águas... Não temos gasto dinheiro para manter as nossas fragatas. Não temos gostado de lhes ter dado adaptações. Eles estão a começar a ter problemas. As coisas estão a começar a partir-se. Não há peças de reserva suficientes. Penso que apenas um dos três submarinos está operacional neste momento. (SA Broadcasting Corporation 2021)

Quanto à força da SADC recomendada em Maio de 2021, era “risivelmente demasiado pequena para fazer o trabalho” com “nenhuma capacidade real de reconhecimento, nenhuma mobilidade táctica”. É na realidade uma piada de mau gosto” (SA Broadcasting Corporation 2021). A agenda da Heitman foi sempre de aumentar as despesas militares (ele é consultor da indústria de defesa, tendo servido nas forças armadas da SA durante o apartheid). Assim, a crítica acima pode ser vista como semelhante a um rapaz a gritar “Wolf!”, no que diz respeito à capacidade da SANDF de mobilizar cerca de 1000 tropas.

Houve outros grandes problemas com o destacamento de combatentes SANDF para Moçambique tropical, onde a língua e as comunicações, bem como o carácter desconhecido do terreno, seriam tão difíceis de ultrapassar para as forças armadas da África do Sul como para os mercenários Wagner e DAG. Isto já era óbvio em meados de 2021. Em Abril, o exército enviou um avião para Cabo Delgado a fim de retirar 50 sobreviventes sul-africanos da batalha de Palma (juntamente com o corpo de um residente branco de Durban que foi morto ao tentar fugir num transporte do Hotel Amarula). Mas pouco depois, quatro agentes secretos de segurança estatal de Pretória foram capturados por homólogos moçambicanos, e quando o director dos serviços secretos estrangeiros da Agência de Segurança do Estado, Robert McBride, foi confrontado com a informação por um jornalista, ele “respondeu à pergunta da *City Press* com dois emojis risonhos” (Stone 2021). Na semana seguinte McBride foi suspenso por causa da humilhação que Ramaphosa e a Ministra da Segurança do Estado Ayanda Dlodlo sentiram quando se encontraram com Nyusi e lhe pediram para libertar os espões sul-africanos, no decurso de espinhosas negociações então em curso sobre os destacamentos de tropas da SADC (Felix 2021). Contudo, verificou-se mais tarde que Dlodlo tinha aprovado por escrito a missão dos espões durante o ataque de Palma, no final de Março, reforçando a imagem dos Keystone Cops de Pretória (Masondo 2021).

Para além da SANDF, a segunda grande força militar da SADC que anteriormente se tinha envolvido em actividades interestaduais é o Exército Nacional do Zimbabué (ZNA) que tem quase 30.000 soldados e opera ao lado de uma força aérea com 4.000 efectivos. O seu papel na região incluiu a defesa de Moçambique da Renamo durante a década de 1980 e Angola da guerrilha de direita no final da década de 1990, bem como o serviço no âmbito das missões das Nações Unidas em Angola e Somália. Em 1998-2002, a ZNA desempenhou um papel semelhante ao de um exército mercenário na RDC, dada a sua estreita associação com os interesses mineiros do Zimbabué. A presença do exército na Guiné Equatorial a partir de 2015 permanece opaca, numa altura em que a ditadura petrolífera de Obiang se encontra entre as mais repressivas e corruptas do mundo.

Mas a pior conduta da ZNA tem sido interna, em dois períodos. Primeiro, entre 1983-87, a Operação Gukurahundi da ZNA procurou neutralizar forças dissidentes que alegadamente se tinham separado do exército pós-independência e no processo matou cerca de 20.000 civis do grupo étnico Ndebele. A Quinta Brigada do ZNA foi treinada por norte-coreanos, e foi notoriamente viciosa. Isto preparou o cenário para os ataques periódicos de repressão interna, mas desde o início dos anos 2000 que a ZNA tinha acumulado poder suficiente para agir como junta governante interna, controlando muitas vezes o próprio Mugabe. Quando o presidente fundador do país foi cada vez mais manipulado pela sua esposa e por um pequeno grupo (a “Geração 40”), os líderes da ZNA embarcaram num golpe de Estado de 2017 para instalar o antigo Ministro da Defesa Emmerson Mnangagwa e o líder do exército Constantino Chiwenga como presidente e vice-presidente. O empreendedorismo da ZNA foi mais controverso nas minas de diamantes orientais que fazem fronteira com Moçambique, onde, em ligação com as empresas mineiras chinesas e as redes de processamento israelitas, foram retirados ilicitamente do Zimbabué cerca de 13 mil milhões de dólares em diamantes, para além dos que

permaneceram nas contas da ZNA e que financiaram periodicamente os orçamentos da campanha eleitoral da ZanuPF.

Dois outros exércitos dentro dos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) têm reputações igualmente repressivas, de Angola e Eswatini, tendo este último demonstrado a sua vontade, em meados de 2021, de matar dezenas de cidadãos em protesto enquanto defendiam uma monarquia grosseiramente repressiva, corrupta e hedonista. Apenas uma das forças da SADC destacadas - a do Botswana, com os seus 300 soldados - não tinha a reputação de brutalidade. A decisão da SADC de desenvolver uma força de 3000 soldados para se deslocarem para Cabo Delgado para reprimir a insurreição veio após um ano de deliberações durante as quais se tornou evidente que Nyusi se opunha ao destacamento. O governo tanzaniano também o fez, tal como o jornalista local Bethsheba Wambura (2021) relatou em Maio de 2021: “A Tanzânia não enviará tropas para Moçambique para combater os insurgentes ... e, em vez disso, salientou a necessidade de conversações como meio de promover a paz e a tranquilidade em Moçambique, apelando à comunidade internacional para ajudar o país através do envio de ajuda ao desenvolvimento”.

O outro exército que Nyusi inicialmente trouxe, antes da chegada das forças da SADC, foi a Força de Defesa do Ruanda (RDF), apoiada pela Polícia Nacional do Ruanda. Ao servir um governo repressivo liderado por Paul Kagame, que chegou ao poder para pôr fim a um genocídio em 1994, exigiu que a RDF desempenhasse papéis controversos internamente e na região, por exemplo no leste da RDC, onde figuras militares ruandesas controlam o fluxo de minerais ilícitos - especialmente ouro, coltan e diamantes - para processamento em Kigali. O RDF estava pronto para destacar tropas em meados de 2021 - e de facto, em poucos dias o RDF alegou ter morto 30 insurgentes perto de Palma - uma vez que tinham mais de 5000 tropas a servir em missões da ONU no Sudão, no Sul do Sudão e na República Centro-Africana em 2021. Mas o RDF e outras agências de segurança Kigali tinham uma reputação de bandidos em Moçambique, em parte devido a assassinatos a longa distância de adversários importantes, incluindo pelo menos um em Maputo - Theogene Turatsinze, antigo director do Banco de Desenvolvimento do Ruanda - e três outros na África do Sul (Wrong 2021). Assim que as forças ruandesas chegaram, um jornalista baseado em Maputo - Cassien Ntamuhanga - foi deportado para Kigali, e não foi subsequentemente ouvido falar dele. Talvez de maior embaraço imediato tenham sido as revelações da Amnistia Internacional de meados de 2021 de que o regime de Kagame utilizou o software Pegasus desenvolvido por uma empresa israelita para piratear o telefone de Ramaphosa, entre 3500 outros opositores percebidos (Ntresh 2021).

Por detrás destas forças africanas estavam pelo menos três exércitos internacionais: os Estados Unidos, Portugal e Itália, com capacidade naval francesa próxima na ilha de Mayotte. Em cada caso, a presença das principais empresas petrolíferas destes países em Cabo Delgado foi um incentivo óbvio. Embora cada uma estivesse empenhada em “treinar” as tropas moçambicanas, o jornalista *Africa Report* Nicholas Norbrook (2021) resumiu o potencial de destacamento de forças ocidentais dentro da própria zona de guerra: “Dadas as ilhas francesas que dominam o canal de Moçambique, e a Operação Atalanta, a força naval da UE ao largo da Somália, a Europa está bem colocada para estender as forças navais para a zona. Da mesma forma, a Força de

Intervenção Conjunta dos EUA no Bahrein poderia desempenhar um papel de interdição”. Uma justificação que ele sublinhou é que tradicionalmente, a costa da África Oriental era um local de contrabando de droga, especialmente de heroína proveniente do Afeganistão e transportada através do Paquistão através do Oceano Índico, para transbordo para Joanesburgo e depois por via aérea para a Europa. Um analista de Washington, Michael Shurkin (2021) do New Lines Institute (ligado tanto ao Pentágono como aos Irmãos Muçulmanos através do seu fundador Ahmed Alwani) previu um maior interesse internacional na formalização da guerra contra os insurgentes, como resultado disso:

As próprias vulnerabilidades e necessidades energéticas da África do Sul; o interesse da França, no mínimo, na segurança marítima e quaisquer acontecimentos que possam afectar negativamente territórios franceses próximos; o interesse russo na região, demonstrado recentemente pelo destacamento de mercenários em 2019-2020 para Moçambique e interferência nas eleições em Madagáscar; e a competição entre a China e a Índia, que está cada vez mais alinhada com a França. Não seria surpreendente se algum poder externo interviesse.

Quanto aos EUA, parecia que Joe Biden queria devolver a África ao nível de envolvimento militar da era Obama, após um período de quatro anos de negligência por parte do Departamento de Estado e do Pentágono de Donald Trump. Em meados dos anos 2010, Nick Turse (2014) registou o Comando Africano do Pentágono (Africom) “comando combatente de guerra” em dezenas de países africanos, mas houve também uma divisão grosseira do trabalho entre Washington e os exércitos africanos. Como um importante estratega dos EUA explicou em 2010, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos consideraria o seu papel bem sucedido

se mantiver as tropas americanas fora de África durante os próximos 50 anos... uma grande parte do mandato de África será a de construir a capacidade indígena das forças de defesa africanas... profissionalizar as forças armadas locais para que possam garantir melhor a estabilidade e segurança no continente... não queremos ver os nossos homens a entrar e a ser abatidos.... Queremos que os africanos entrem (Cochran 2011).

### **Uma opção de não intervenção, baseada no pagamento de indemnizações para pôr fim à perfuração de gás e ao caos climático**

O economista político Tomas Selemane (2021), sediado em Maputo, ofereceu a racionalidade essencial para uma postura muito diferente daquelas acima analisadas: “Não há solução militar para o conflito que explodiu na província rica em gás do norte de Moçambique desde 2017. Só terminará abordando as suas causas profundas, entre elas a pobreza extrema, o desemprego, a falta de serviços de saúde e educação, e a falta de abastecimento de água”. Mas em condições de guerra, poderia realmente ser disponibilizada assistência material neste sentido, talvez começando com um simples Subsídio de Rendimento Básico semelhante ao que funcionou no projecto-piloto Otjivero da Namíbia (Bond 2018)? Selemane (2021) acredita que as circunstâncias permitiriam o fornecimento de apoio à reconstrução socioeconómica em grande

escala aos residentes de Cabo Delgado, uma vez que a imobilização do Al Shabab funcionou a favor do alívio:

Muitos relatórios de refugiados afirmam que a maioria dos insurgentes são conhecidos, são ex-membros da aldeia, e mantêm contactos. O melhor exemplo é a actual ajuda humanitária aos refugiados no campo de Chitunda, onde os insurgentes não impedem os voluntários locais de operar em torno do distrito de Palma, o mais afectado pela insurreição... Devem ser oferecidas alternativas a curto prazo aos jovens que vivem na periferia do conflito e para além dele. Por exemplo, através de programas de “dinheiro por trabalho”, reabilitação das infra-estruturas sociais, conservação do solo e da água, controlo da erosão, reflorestação e construção de estradas, entre outros. As ONG locais, sócio-culturalmente ancoradas, deveriam ter aqui um papel relevante.

Se existem perspectivas de uma estratégia não intervencionista, seriam disponibilizados fundos para substituir a estratégia económica moçambicana de combustíveis fósseis por uma baseada na satisfação das necessidades, ou seja, deixar o gás (e o carvão) por explorar, e em vez disso canalizar o financiamento para uma Transição Justa baseada na mitigação da crise climática, na adaptação a outras condições meteorológicas extremas e na compensação das perdas e danos causados pelo ciclone ou pela seca? Estas foram exigências audaciosas, mas mesmo uma declaração da União Africana (2020) também insistiu na “implementação do Mecanismo Internacional de Varsóvia”, pelo que “os países africanos devem ser apoiados para lidar com perdas e danos associados a inundações, secas, ciclones e outras catástrofes”.

Ironicamente, foi a África do Sul - o governo que deve a maior dívida climática ao continente - que em Março de 2021 sugeriu esta mesma estratégia às Nações Unidas, através da oferta de Contribuição Determinada nacionalmente (NDC) do Estado: “A transição justa na África do Sul exigirá cooperação e apoio internacional... por parte da comunidade internacional do clima e do desenvolvimento e das finanças para o desenvolvimento de combustíveis não fósseis em Mpumalanga...”. (República da África do Sul 2021, 28).<sup>17</sup> Esta cláusula específica é tão - se não mais - dirigida de forma apropriada aos campos de gás de Cabo Delgado. A estratégia de pagar aos países pobres para deixarem os combustíveis fósseis no subsolo foi inovadora pelo governo

---

<sup>17</sup> A República da África do Sul (2021, 27-28) assume que o financiamento fluirá de países ricos através de: O Comité de Adaptação, o Conselho do Fundo de Adaptação, o Comité Executivo do Mecanismo de Varsóvia para Perdas e Danos, o Grupo Consultivo de Peritos, o Comité de Peritos de Katowice sobre os Impactos da Implementação de Medidas de Resposta, o Grupo de Peritos dos Países Menos Desenvolvidos, o Grupo de Trabalho Facilitador da Plataforma das Comunidades Locais e dos Povos Indígenas, o Comité Permanente de Finanças, o Comité Executivo de Tecnologia, o Comité de Paris para o Desenvolvimento de Capacidades e os órgãos do Mecanismo Financeiro, incluindo o Fundo para o Ambiente Global e o Fundo para o Clima Verde. O Acordo de Paris especifica que será prestado apoio aos países em desenvolvimento em relação à mitigação (Artigo 4.5, "...reconhecendo que um maior apoio aos países em desenvolvimento Partes permitirá uma maior ambição nas suas acções"), a conservação e melhoria dos sumidouros (Artigo 5.1), adaptação (Artigo 7.13), perdas e danos (Artigo 8.3) e transparência (Artigos 13.14 e 13.15), através da prestação de financiamento (Artigo 9), desenvolvimento e transferência de tecnologia (Artigo 10) e desenvolvimento de capacidades (Artigo 11). A base para o CND da África do Sul é o pressuposto de que será prestado apoio para a implementação das metas e objectivos acima especificados, para mitigação, adaptação e perdas e danos.

do Equador de 2006-13, de modo a evitar a perfuração de petróleo no Parque Yasuni (na sua fronteira do leste da Amazônia com o Peru, o principal hotspot mundial de biodiversidade) (Bond 2018). Poderá tal financiamento para programas estatais sociais e de desenvolvimento - e, no caso de Moçambique, garantir também uma subvenção de rendimento básico para as comunidades de Cabo Delgado - justificar uma paragem na extracção de combustíveis fósseis? A ligação climática é óbvia, como JA! s Rawoot (2020) assinala: Os “projectos de carvão e GNL de Moçambique - que são mais intensivos em carbono do que a extracção e processamento regulares de gás natural - só contribuirão mais para o aquecimento global”.

De facto, os defensores da sociedade civil local, regional e internacional salientam as implicações da crise de Cabo Delgado na justiça climática, numa altura em 2021 em que três outros países da SADC - Eswatini, África do Sul e Zimbabué - estavam a sofrer grandes conflitos sócio-políticos internos que eram sérias distrações da solidariedade. As narrativas alternativas sublinhavam não a guerra, mas a paz; não mais gás, mas nenhum; e não o financiamento de empresas estrangeiras para desenvolver os campos de gás, mas um pagamento da dívida climática para desenvolver as pessoas e o ambiente.

Em Moçambique, as organizações que fizeram avançar esta narrativa incluíram a rede de activistas progressistas Alternactiva, os movimentos camponeses da União Nacional de Camponeses (UNAC), os Amigos da Terra afiliados JA! (anfitriã da campanha internacional “Diga Não ao Gás!”) e do projecto Centre for Living Earth’s Territórios em Conflicto com activistas académicos, incluindo Boaventura Monjane (2021), Teresa Cunha e Isabel Casimiro (2021). Os grupos de activistas de solidariedade da África do Sul que em 2021 comentaram na mesma linha incluem o Grupo Internacional de Informação sobre os Direitos do Trabalho e a Federação Sindical Sul Africana (2021). Em Harare, a Coligação do Zimbabué sobre Dívida e Desenvolvimento foi igualmente solidária. As redes regionais empenhadas em deixar os combustíveis fósseis sob o Canal de Moçambique e os pagamentos de solidariedade para compensar, incluem as Mulheres na Exploração Mineira, a Assembleia da Mulher Rural e a Rede de Solidariedade Popular da África Austral (SAPSN). Em Lisboa, protestos de solidariedade foram organizados pelo Climaximo, pelo ativismo de 2 graus, e pelo movimento juvenil Greve Climática Estudantil. Em Londres, a Friends of the Earth UK ofereceu apoio.

Cada um fez declarações de Abril-Junho de 2021 reflectindo sobre a crise climática e a necessidade de deixar os combustíveis fósseis no subsolo, com o aumento da ajuda para compensar Moçambique tanto pelos custos de mitigação (incluindo a não utilização do espaço de carbono) como pelas perdas e danos concretos mais a adaptação. Como Samantha Hargreaves (WoMin) e Anabela Lemos (JA!) (2021) afirmam, em vez de promover um “destacamento militar suicida da SADC” baseado num contingente maioritário de 1500 tropas sul-africanas, Pretória “deve reconhecer publicamente a dívida climática devida a Moçambique pelo Estado da África do Sul e pelas empresas nacionais poluidoras, e estabelecer mecanismos específicos para quantificar e liquidar esta dívida. Dada a pressão sobre Moçambique para não explorar as restantes reservas de gás, a África do Sul deve trabalhar com os países poluidores para apoiar financeiramente Moçambique a manter as suas reservas de petróleo e gás no subsolo. “

Da mesma forma, a declaração principal do SAPSN (2021) de meados de 2021 insistiu,

A ajuda de emergência deve ser distribuída às vítimas do exército, dos mercenários e do Al-Shabaab, numa altura em que a dívida climática tem de ser paga aos moçambicanos, e numa altura em que os combustíveis fósseis devem permanecer no subsolo para bem das nossas gerações futuras, a crise de Cabo Delgado requer a mais urgente repensar por toda a nossa sociedade, especialmente pela liderança da SADC. Abaixo extractivismo! A militarização Abaixo! A África Austral não está à venda! Globalise the Struggle, Globalise Solidarity, Globalise Hope!

A exigência foi também articulada pela Federação dos Sindicatos da África do Sul (2021) na sua declaração do Dia de África: “Em vez de balas e zangões, o governo sul-africano - e todos os outros países de grande emissão - deve aos moçambicanos dinheiro como entrada para a dívida climática das nossas elites. Tal como é exigido pelo SAPSN, esta dívida climática não deve ser paga através de um governo claramente corrupto, mas sob formas que apoiem directamente o rendimento básico dos residentes desesperados daquela área amaldiçoada por recursos. “

Uma outra estratégia de solidariedade - articulada numa petição on-line Amandla.mobi (2021) dirigida a Ramaphosa - consistia não só em exigir à África do Sul o pagamento de reparações climáticas, mas também em impor uma supervisão aos mercenários. A petição perguntava “se a Comissão Nacional de Controlo de Armas Convencionais autorizou qualquer empresa sul-africana de segurança privada a operar em Moçambique”, e se não, “os culpados devem ser processados”. Exigiu a Ramaphosa “proibir o comércio de armas em países em conflito onde as armas estão a ser ou podem ser utilizadas para violar os direitos humanos, tal como em Moçambique, retirando quaisquer licenças de exportação e processando os comerciantes de armas ilegais”. Os activistas também insistiram na retirada de investimentos financeiros para-estatais - especificamente empréstimos de gás da Corporação de Desenvolvimento Industrial, da Corporação de Seguros de Crédito à Exportação da África do Sul e do Banco de Desenvolvimento da África do Sul - “para proteger os direitos humanos e reduzir as emissões de carbono”. Outra exigência era que Ramaphosa pressionasse Nyusi a “libertar os jornalistas detidos e acabar com todo o assédio aos jornalistas e a todos aqueles que lidam com as violações dos direitos humanos em Cabo Delgado” (Amandla.mobi 2021).

Para além de uma série de webinars online, o SAPSN sugeriu as seguintes acções concretas pelos membros, embora as condições do Covid-19 dificultassem a realização imediata de muitas delas:

- Protestos da embaixada e reuniões de compromisso para pressionar por uma resposta coerente da SADC e da UA;
- Boicotes e protestos contra as empresas extractivas implicadas no conflito no Norte de Moçambique;
- Orações inter-religiosas em unidade e solidariedade com os nossos irmãos e irmãs muçulmanos;

- Mobilização e distribuição de recursos humanitários a homens, mulheres e crianças afectadas pelo conflito;
- Lobby e esforços de campanha para colocar as vozes e interesses do povo de Cabo Delgado na linha da frente dos esforços para encontrar uma paz duradoura.

Esta abordagem geral para aumentar a consciência sobre a dívida climática foi prefigurada numa declaração de 2019 pelo Centro para a Justiça Climática da Universidade Caledónia de Glasgow, cujos investigadores Michael Mikulewicz e Tahseen Jafry (2019) argumentaram na esteira do ciclone Idai,

A responsabilidade do Ocidente - juntamente com outros grandes emissores como a China - é portanto também uma questão de justiça climática. Parte dessa responsabilidade reside na mudança da actual abordagem à ajuda em caso de catástrofe. No caso do ciclone Idai, o Departamento para o Desenvolvimento Internacional reservou agora 18 milhões de libras esterlinas para apoiar os esforços de ajuda humanitária em Moçambique e no Malawi - triplicando a promessa original de uns dias antes. Para ser claro, as respostas humanitárias são absolutamente fundamentais, mas insuficientes por si só. Elas enfaixam as feridas em vez de consertarem o que as causou. Em vez disso, os países doadores precisam de dar prioridade à identificação das pessoas mais vulneráveis, tanto antes como depois de uma catástrofe, e garantir que recebem o apoio necessário e que lhes é concedido que a agência se envolva activamente no processo.

De facto, pondo de lado centenas de mortes em que a perda de vidas não pode ser avaliada, os danos *físicos* estimados em Moçambique causados pelos ciclones Idai e Kenneth em 2019 foram “mais de 3,2 mil milhões de dólares, aproximadamente metade do orçamento nacional de Moçambique” (Eckstein, Künzel e Schäfer 2020). Uma pequena fracção foi fornecida em ajuda adicional de doadores ocidentais ao país, numa altura em que os boicotes à ajuda oficial estavam a crescer graças ao fracasso de Maputo em processar os devedores corruptos (dos 2 mil milhões de dólares em dívida oculta) que eram na altura líderes do anterior governo da Frelimo. Em suma, as reparações pelo que o Norte deve ao povo moçambicano por via da dívida climática - para não falar de uma troca ecológica desigual mais ampla - ainda não começaram a ser pagas, e no entanto seria necessário um arranjo alternativo para obter apoio para esta abordagem, dada a ilegitimidade financeira do governo de Maputo.

Em 2021 havia poucas dúvidas entre os activistas internacionais do clima de que a mobilização de financiamento de subsídios (não de empréstimos) para “deixar os combustíveis fósseis no subsolo” em locais como Cabo Delgado deveria ser uma prioridade máxima para a COP26 em Glasgow. Mesmo quando o primeiro-ministro britânico Boris Johnson estava a reduzir a já miserável ajuda externa britânica, a líder da Christian Aid Amanda Khozi Mukwashi (2021) insistiu (logo após o massacre de Palma), “os países vulneráveis na linha da frente de uma emergência climática não precisavam de apoio financeiro”. A COP26 de Glasgow seria um local para ampliar a consciência e as mobilizações sociais deste tipo, embora desde o final dos anos 90 tais chamadas não tivessem sido atendidas (Bond 2012).

## Conclusão

O caso da crise geopolítico-ecológica em Cabo Delgado elevou os riscos das reparações relacionadas com o clima para novos níveis, e a advocacia internacional está a começar a reflectir isto. Como se observou acima, os conflitos relacionados com o clima em Moçambique são multifacetados. Surgem não só do estatuto vulnerável que o país sofre durante as estações ciclónicas e com a seca uma ameaça sempre presente para a maioria dos residentes que dependem da agricultura alimentada pela chuva. Mas há também factores causais relacionados com a história do extrativismo neocolonial do país, mais recentemente o gás de Cabo Delgado, mas também o carvão da província de Tete minado destrutivamente pelo Vale do Brasil e pelo Carvão da Índia, electricidade hidroeléctrica - da barragem de Cahora Bassa (que é um local com elevadas emissões de metano dado que se trata de uma barragem tropical) - para fundição de alumínio exportado para BHP Billiton na Mozal, monoculturas de eucalipto para pasta de papel e colheita ilegal de madeira dura, cajus exportados em bruto (não processados como tinha sido o caso na época colonial), mineração ilegal de rubis em Cabo Delgado, e muitos outros locais de extrativismo que são cada vez mais contestados.

O atoleiro que se desenvolveu em Moçambique entre 2017-21, à medida que a insurreição aumentava e as crises humanitárias se seguiam, incorporou vários componentes que proporcionavam margem para uma forma diferente de advocacia, do que a intervenção militar favorecida pelos bombardeiros de portáteis:

- agravamento da *catástrofe climática*, em Moçambique, Malawi e Zimbabué,
- uma agenda *militar subimperial sul-africana mais económica*, que como os precedentes desde 1998 confirmaram, muitas vezes fez avançar principalmente os interesses das empresas ligadas ao governo de Joanesburgo,
- a *liderança corrupta* de antigos movimentos de libertação Frelimo, ZanuPF e o ANC,
- a *irresponsabilidade social e ambiental da Total, da Sasol e de outras grandes empresas petrolíferas*, e
- a urgência de uma *progressiva solidariedade internacional e especialmente regional de baixo para cima*.

Estes factores tornaram lógico que surgiriam defensores locais e regionais da não-intervenção. Mais importante ainda, as suas narrativas salientaram frequentemente não só a ameaça de propagação da violência de um pântano militar regional, mas também a necessidade de reparações climáticas como um incentivo para deixar o gás de Moçambique no subsolo. Em meados de 2021, mesmo o enviado climático de Biden, John Kerry, argumentou vigorosamente: “A Agência Internacional de Energia diz-nos que na realidade não precisamos de nenhum novo investimento na produção de petróleo, carvão ou gás. [Não é] simplesmente necessário para satisfazer as nossas necessidades energéticas, dadas outras tecnologias que estão em linha e estão a entrar em linha” (Dunne 2021). Biden, Kerry e a equipa dos EUA foram notórios, contudo, ao negar obrigações de dívida climática, como o seu principal negociador do Departamento de Estado (Todd Stern) tinha declarado em 2009 na cimeira climática de Copenhaga, “Reconhecemos absolutamente o nosso papel histórico na colocação de emissões

na atmosfera lá em cima que lá estão agora. Mas o sentimento de culpa ou culpabilidade ou reparações? Rejeito categoricamente isso” (Bond 2012). A contradição entre esta refutação de longa data da lógica básica do “poluidor-pagador”, e a necessidade de evitar mais combustão de combustíveis fósseis, compensando moçambicanos como aqueles que tanto sofreram em Cabo Delgado, seria deixada aos activistas do clima.

Mas há também um papel para a teoria geopolítica, uma vez que aplicada à África Austral do século XXI, existe uma lógica implacável de conflito de recursos naturais. No caso de Cabo Delgado, como tantos outros, estes conflitos colocam os interesses das empresas multinacionais, dos Estados imperiais e subimperiais (as potências ocidentais mas também a África do Sul, com impressões digitais de acumulação e intervenção militar de outros países BRICS), e do Estado local, contra a campanha dos combatentes insurgentes islâmicos, contra a cidadania e as ecologias tanto locais como globais. A região tinha emergido de três décadas anteriores de guerras civis e assassinatos em massa que deixaram muitos milhões de mortos em Moçambique, Angola e na DRC e mais dezenas de milhares de mortos durante a resistência ao colonialismo dos colonos na África do Sul e no Zimbabué. A crescente evidência dos recursos que então se tornaram centrais para o conflito foi registada particularmente como o super-ciclo de mercadorias de 2002-14 e os imaginários de elite dominantes da “África em Ascensão”, e após a queda dos preços em 2020, surgiu em 2021 uma nova e importante retoma especulativa nas mercadorias, incluindo mesmo os combustíveis fósseis.

A agenda geopolítica prosseguida pelo governo sul-africano - com o seu histórico papel semi-hegemónico branco-supremicista em transição na era pós-1994 da desestabilização do apartheid para a estratégia de reconciliação de Nelson Mandela e o revitalizado PanAfricanismo de Thabo Mbeki, prometia também paz, estabilidade e prosperidade económica. Mas a realidade, até à década de 2010, tinha-se transformado. Havia uma agenda subimperial mais flagrante a desenrolar-se, como indicado pelo papel das corporações sul-africanas, mercenários e da SANDF em Cabo Delgado até 2020-21, impulsionada por bombardeiros de portáteis de uma geração anterior. Embora alguns analistas geopolíticos centristas tenham defendido uma acção militar, mas também que os países de Maputo e da SADC se ocupem tanto das injustiças socioeconómicas como das necessidades de ajuda de emergência, é evidente que há necessidade de mais trabalho por parte dos activistas de solidariedade.

De facto, o que é novo neste conflito, é uma fusão sem precedentes da sociedade civil pacifista contra a militarização de Cabo Delgado, com ambientalistas que recordam à África do Sul e ao Ocidente as reparações climáticas devidas ao povo de Cabo Delgado e Moçambique. Se tal campanha se intensificar, para compensar os cidadãos sem corrupção do Estado, isto certamente justificaria não extrair o gás. Simplesmente generalizaria o objectivo do governo sul-africano (2021), que é o de prosseguir uma transição justa financiada “pela comunidade internacional do clima e do desenvolvimento e das finanças para o desenvolvimento de combustíveis não fósseis”, uma estratégia digna não de uma potência subimperial (como Pretória aparece tão frequentemente), mas de uma potência genuinamente empenhada no bem-estar da região e do continente, especialmente quando se trata das pessoas mais pobres e das ecologias mais vulneráveis.

## Referências

- União Africana (2020). Projecto de estratégia para as alterações climáticas em África, 2020-30. Addis Abeba, Etiópia.
- Alden, C. e M.Schoeman (2016) Reconstructing South African identity through global summitry, *Global Summitry*, 1:2, 187-204.
- Allison, S. (2016). Sul-africanos das forças de manutenção da paz acusados de não terem conseguido impedir o massacre da RDC. *Daily Maverick*, 21 de Janeiro. <https://www.dailymaverick.co.za/article/2016-01-21-south-african-peacekeepers-accused-of-failing-to-prevent-drc-massacre/>
- Amabhungane (2013). Foi por isto que as nossas tropas morreram? *Mail&Guardian*, 28 de Março. <https://mg.co.za/article/2013-03-28-00-central-african-republic-is-this-what-our-soldiers-died-for/>
- Amandla.mobi (2021). Os sul-africanos apelam ao nosso governo para que actue sobre a crise de Cabo Delgado. Joanesburgo. <https://awethu.amandla.mobi/petitions/south-africans-call-on-our-government-to-act-on-the-cabo-delgado-crisis>
- Amnistia Internacional (2021). Moçambique: “O que eu vi é a morte”: Crimes de guerra na capa esquecida de Moçambique. Londres, 2 de Março. <https://www.amnesty.org/download/Documents/AFR4135452021ENGLISH.PDF>
- Bond, P. (2012). *Politics of Climate Justice*. Pietermaritzburg: Universidade de KwaZulu-Natal Press.
- Bond, P. (2018). Climate debt, community Resistance and conservation alliances against KwaZulu-Natal coal mining at Africa’s oldest nature reserve” em B.Engels e K.Dietz (Eds), *Climate Change in Africa*, Frankfurt: Peter Lang Verlag, 2018, pp.314-337, <https://www.peterlang.com/view/9783631742426/chapter-002.xhtml>
- Bourton, D. (2020). Perfuração para gás em Cabo Delgado: Um sonho para Moçambique? *Bloomsburg Geographer*, 21 de Agosto. <https://bloomsburygeographer.com/2020/08/21/drilling-down-for-gas-in-cabo-delgado-a-dream-for-mozambique/>
- Burkhardt, P. (2020). A África do Sul limpa o derramamento de petróleo enquanto a Transnet luta contra o roubo de oleodutos. *Bloomberg*, 21 de Outubro. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-10-21/south-africa-cleans-oil-spill-as-transnet-fights-pipeline-theft>
- Cabo Ligado (2021). Semanário do Cabo Ligado, 21-27 de Junho. Maputo. <https://www.caboligado.com/reports/cabo-ligado-weekly-21-27-june-2021>
- Castel-Branco, C. (2014). Crescimento, acumulação de capital e porosidade económica em Moçambique. *Review of African Political Economy*, 41, S26-s48. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03056244.2014.976363s>
- Cheru, F. (2020). Aproveitar a cooperação Sul-Sul. Em S. Adejumobi e C. Obi (Eds), *Developmental Regionalism and Economic Transformation in Southern Africa*. 204-228. Londres: Routledge.
- Christian Aid (2019). Contar o custo. Londres, 27 de Dezembro. <https://www.christianaid.org.uk/sites/default/files/2019-12/Counting-the-cost-2019-report-embargoed-27Dec19.pdf>
- Cilliers, J., L. Louw-Vaudran, T. Walker, W. Els e M. Ewi (2021). O que seria necessário para estabilizar Cabo Delgado? Pretoria, Instituto de Estudos de Segurança. 27 de Maio. <https://issafrica.org/iss-today/what-would-it-take-to-stabilise-cabo-delgado>
- Cockburn, A. (1994). O Carregamento dos bombardeiros dos portáteis. *Los Angeles Times*, 10 de Maio. <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1994-05-10-me-55789-story.html>
- Cochran, S. (2010). Assistência à segurança, exércitos de substituição, e a prossecução dos interesses dos EUA na África Subsaariana. *Strategic Studies Quarterly*, 4:1, 111-152.
- Cohen, S. (2001). *Estados de Negação*. Cambridge: Polity Press.
- Cunha, T. e I. Casimiro (2021). “Cinderelas” do nosso Moçambique desejam falar. *África Feminista*, 2:1, 72-91.
- Donzis, A. (2014). Enviado à África do Sul suspeito de aceitar presentes ilegais. *Times of Israel*, 25 de Junho. <http://www.timesofisrael.com/envoy-to-south-africa-suspected-of-accepting-illegal-gifts/>
- Dunne, D. (2021). “Não há necessidade” de novos combustíveis fósseis em qualquer parte do mundo, diz John Kerry. *The Independent*, 20 de Julho. <https://www.independent.co.uk/climate-change/news/fossil-fuels-john-kerry-climate-b1887476.html>

- Eckstein, D., V. Künzel e L. Schäfer (2020). Índice global de risco climático 2021: Quem sofre mais com os eventos climáticos extremos? Eventos de Perdas Relacionados com as Condições Meteorológicas em 2019 e 2000-2019. Berlim, Germanwatch. <https://germanwatch.org/en/19777>
- Essau, I. (2021). “Insurreição de monstros”. *Upstream online*, 31 de Março. <https://www.upstreamonline.com/politics/monster-insurgency-maputo-must-address-militant-grievances-while-boosting-palma-security/2-1-990355>
- Fabricius, P. (2014). Não mais um assassinato no Miguel Ângelo. Pretoria, Instituto de Estudos de Segurança, 24 de Janeiro. <https://issafrica.org/iss-today/not-another-murder-in-the-michelangelo>
- Fabricius, P. (2016). Fadiga de Darfur: Estará a África do Sul a recuar antes de a guerra acabar? Pretoria: Instituto de Estudos de Segurança. <https://issafrica.org/iss-today/darfur-fatigue-is-south-africa-retreating-before-the-war-is-over>
- Fabricius, P. (2021). Norte de Moçambique. *Diário Maverick*, 28 de Março. <https://www.dailymaverick.co.za/article/2021-03-28-northern-mozambique-volunteer-ships-help-to-evacuate-1000-from-palma-after-insurgent-attack/>
- Fanon, F. (1963). *Os Desgraçados da Terra*. Boston, Beacon Press.
- Félix, J. (2021). McBride suspenso depois de Ramaphosa ter deixado a operação encoberta de cara vermelha sobre uma operação encoberta e mal feita em Moçambique. *News24*, 9 de Julho. <https://www.news24.com/news24/southafrica/news/mcbride-suspended-after-ramaphosa-left-red-faced-over-botched-covert-operation-in-mozambique-20210709>
- Feller, G. (2021). Uma visão geral do envolvimento da segurança estrangeira em Moçambique. *Defenceweb*, 21 de Abril. <https://www.defenceweb.co.za/featured/an-overview-of-foreign-security-involvement-in-mozambique/>
- Finney, D. H. Msemo e J. Marsham (2021). Os ciclones “esquecidos” da Tanzânia e as preocupações com o futuro. *The Conversation*, 23 de Maio. <https://theconversation.com/tanzanias-forgotten-cyclones-and-concerns-for-the-future-160284>
- Fitchett, J. (2018). A África Austral tem de se preparar para mais ciclones tropicais no futuro. *The Conversation*, 27 de Novembro. <https://theconversation.com/southern-africa-must-brace-itself-for-more-tropical-cyclones-in-future-103641>
- Frankel, P. (2000). *Soldados em Tempestade*. Boulder, Colorado, Westview Press.
- Garcia, A. M. Borba e P. Bond (2021). O imperialismo ocidental e o papel do sub-imperialismo no Sul Global. *New Politics*, 18:2, 52-62. [https://newpol.org/issue\\_post/western-imperialism-and-the-role-of-sub-imperialism-in-the-global-south/](https://newpol.org/issue_post/western-imperialism-and-the-role-of-sub-imperialism-in-the-global-south/)
- Garcia, A. e K.Kato (2015). A história do caçador ou da caçada? O papel do Brasil em Angola e Moçambique. Em P.Bond e A.Garcia (Eds), *BRICS*. Londres: Pluto Press, 117-134.
- Hanlon, J. (2020a). Uma realidade mais complexa em Cabo Delgado. *Mail&Guardian*, 29 de Março. <https://mg.co.za/africa/2021-03-29-a-more-complex-reality-in-cabo-delgado/>
- Hanlon, J. (2021b). A África do Sul diz que enviar tropas; a Tanzânia diz que não se desenvolvem tropas, em vez disso, negociar. Notícias e recortes de notícias de Moçambique. Londres, 31 de Maio. <https://allafrica.com/stories/202105311102.html>
- Hanlon, J. (2021c). Moçambique News reports & clippings #538. Londres, 18 de Abril. <http://bit.ly/Moz-538>
- Hargreaves, S. e A. Lemos (2021). O destacamento militar suicida da SADC para Moçambique está à espreita. *Dia Útil*, 28 de Maio. <https://www.businesslive.co.za/bd/opinion/2021-05-28-suicidal-sadc-military-deployment-to-mozambique-looms/>
- Heitman, H. (2021a). As ferragens marítimas puntiformes e raquíticas da SA não estão à altura de ameaças. *Dia Útil*, 30 de Maio.
- Heitman, H. (2021b). Exército SA mal equipado e sem condições para enfrentar as crises regionais. *Dia Útil*, 6 de Junho.
- Hosken, G. e I. Mahlangu (2013). “Estávamos a matar crianças”. *Sunday Times*, 31 de Março, <http://www.timeslive.co.za/local/2013/03/31/we-were-killing-kids-1>.
- Grupo Internacional de Crise (2021). Impedir a insurreição em Cabo Delgado, em Moçambique. Relatório 303, Junho. <https://www.crisisgroup.org/africa/southern-africa/mozambique/stemming-insurrection-mozambiques-cabo-delgado>
- Jordaan, E. (2003) O conceito de uma potência média nas relações internacionais. *Politkon*, 30:2, 165-181.

- Ka’Nkosi, S. (1998). A invasão caótica de SANDF. *Mail&Guardian*, 25 de Setembro. <https://mg.co.za/article/1998-09-25-sandfs-chaotic-invasion/>
- Laing, J. (2001). A sombra da CIA. *Barron’s*, 15 de Outubro. <http://online.barrons.com/article/SB1002927557434087960.html>
- Landsberg, C. (2007) South Africa and the making of the African Union and NEPAD: Mbeki’s ‘progressive African agenda’. Em A. Adebajo, A. Adedeji, e C. Landsberg (Eds), *África do Sul em África: A era pós-apartheid*. Pietermaritzburg: Universidade de KwaZulu-Natal Press.
- le Roux, K. (2021). Militares americanos em Moçambique. *Cape Talk*, 23 de Março. <https://www.capetalk.co.za/articles/411991/us-military-in-mozambique-it-s-going-to-aggravate-the-situation>
- Samson, M. (2009) *(Sub)imperial África do Sul? Reframing the debate*, *Review of African Political Economy*, 36:119, 93-103.
- Mapisa-Nqakula, N. (2021). Votação Orçamento do Departamento de Defesa e Veteranos Militares 2021/22. Cidade do Cabo, Parlamento, 21 de Maio. <https://pmg.org.za/briefing/32940/>
- Marais, K. (2021). A África do Sul tem um interesse directo no que está a acontecer em Cabo Delgado. *Cape Talk*, 31 de Março. <https://www.capetalk.co.za/articles/412710/south-africa-has-a-direct-interest-in-what-s-happening-in-cabo-delgado-da-mp>
- Marini, R. (1972). Brasil ian subimperialismo. *Revisão Mensal* 23:9, [https://monthlyreviewarchives.org/index.php/mr/article/view/MR-023-09-1972-02\\_2/0](https://monthlyreviewarchives.org/index.php/mr/article/view/MR-023-09-1972-02_2/0)
- Martin, G. (2019). Comandante SANDF feminina lidera o combate no Sudão. *Defenceweb*, 19 de Janeiro. <https://www.defenceweb.co.za/sa-defence/sa-defence-sa-defence/female-sandf-commander-leads-combat-engagement-in-sudan/>
- Masondo, S. (2021). Operação de espionagem de Moçambique que levou à expulsão de McBride aprovada pelo Ministro Dlodlo, revela o memorando da SSA. *News24*, 24 de Julho. <https://www.news24.com/news24/southafrica/news/mozambique-spy-operation-that-led-to-mcbrides-axing-approved-by-minister-dlodlo-ssa-memo-reveals-20210724>
- McKenzie, D. (2021). Líder do grupo mercenário em Moçambique diz que os insurgentes ligados ao ISIS detêm Palma. *CNN*, 30 de Março. <https://edition.cnn.com/2021/03/30/africa/lionel-dyck-mozambique-insurgents-hold-palma-intl/index.html>
- Mckinley, D. (2004) South African foreign policy towards Zimbabwe under Mbeki, *Review of African Political Economy*, 31:100, 357-364.
- Mhanda W. (2011). *Dzino: Memórias de um Lutador da Liberdade*. Harare, Weaver.
- Mikulewicz, M. e T. Jafry (2021). Ciclone Idai: Os países ricos são os culpados por catástrofes como esta - eis como podem fazer reparações. *The Conversation*, 22 de Março. <https://theconversation.com/cyclone-idai-rich-countries-are-to-blame-for-disasters-like-this-heres-how-they-can-make-amends-113971>
- miningmx.com* (2020). A violência artesanal na mina de rubi Gemfields Montepuez, em Moçambique, reacende. 25 de Fevereiro. <https://www.miningmx.com/news/diamonds/40412-artisanal-mining-violence-flares-again-at-gemfields-montepuez-ruby-mine-in-mozambique/>
- Monjane, B. (2016). Opposition to Prosavana in Mozambique: resisting a a neocolonial ‘development’ model of a sub-imperialist power?, ensaio apresentado no Programa da Escola de Verão Agrária do Instituto Africano de Estudos Agrários, Harare, Janeiro.
- Monjane, B. (2021). Acumulación primitiva y la crisis del extractivismo: El caso de Cabo Delgado en Mozambique. Vídeos ALTA TENSIÓN Jornadas Internacionales sobre Emergencia Climática y Conflictividad, 17 de Junho. <https://youtu.be/gGbBhKYer8I?t=454>
- Monyae, D. (2014) Aprender a Liderar: O papel da África do Sul em África - Lesoto, Zimbabué, Burundi e República Democrática do Congo. Tese de Doutoramento. Departamento de Relações Internacionais, Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo.
- Mosca, J. e T. Selemane (2011). *El dorado Tete: os mega projectos de mineracao*. Maputo, Centro de Integridade Pública de Moçambique.
- Mukwashi, A. (2021). O Reino Unido instou a tomar a liderança ajudando os países pobres a financiar a acção climática na COP26. *The Guardian*, 29 de Março. <https://www.theguardian.com/environment/2021/mar/29/uk-urged-take-lead-helping-poor-countries-fund-climate-action-cop26>

- Neethling, T. (1999). Intervenção Militar no Lesoto. *Online Journal of Peace and Conflict Resolution* 2.2, [http://www.trinstitute.org/ojpcr/2\\_2neethling.htm](http://www.trinstitute.org/ojpcr/2_2neethling.htm)
- Neethling, T. (2021). Encontros de gás offshore oferecem grandes promessas para Moçambique. *The Conversation*, 30 de Março. <https://theconversation.com/offshore-gas-finds-offered-major-promise-for-mozambique-what-went-wrong-158079>
- Nhamire, B. (2018). O presidente de Moçambique quer que os atacantes na região do gás sejam ‘neutralizados’. *Bloomberg*, 25 de Junho. <https://www.bloombergquint.com/business/mozambique-president-wants-attackers-in-gas-region-neutralized>
- Norbrook, N. (2021). Como a elite corrupta de Moçambique causou a tragédia no norte. *The Africa Report*, 10 de Abril. <https://www.theafricareport.com/79096/how-mozambiques-corrupt-elite-caused-tragedy-in-the-north/>
- Ntrel, N. (2021). Como o Ruanda espiou o Ramaphosa da África do Sul com o software Pegasus. *Face2Face Africa*, 26 de Julho. <https://face2faceafrica.com/article/how-rwanda-spied-on-south-africas-ramaphosa-with-pegasus-software12>
- Nyale, E. (2016). Banda do Malawi, armas firmes embalam o barco. *Mail&Guardian*, 29 de Janeiro. <https://mg.co.za/article/2016-01-29-00-malawis-banda-arms-firm-rock-the-boat/>
- Omarjee, L. (2021). SA não é a Alemanha”. Mantashe diz que a SA não pode abandonar os combustíveis fósseis, pois o governo parece ter gás de Moz. *News24*, 9 de Julho. <https://www.news24.com/fin24/Economy/South-Africa/sa-is-not-germany-mantashe-says-sa-cant-ditch-fossil-fuels-as-govt-looks-to-gas-from-moz-20210709>
- Opperman, J. (2020), Entrevista. *Newzroom Afrika*, 15 de Agosto. <https://www.youtube.com/watch?v=eNEN4Wf4HJg>
- Pandor, N. (2020) Briefing sobre a situação de segurança em Cabo Delgado, Norte de Moçambique, e o seu impacto nas aspirações da África do Sul em matéria de política externa para uma região segura e pacífica da SADC. Apresentação pelo Ministro do Departamento de Relações e Cooperação Internacional, Portfolio Committee on International Relations, 2 de Setembro. [https://www.scribd.com/presentation/474604864/Presentation-to-PC-on-Cabo-Delgado-Final-02-09-2020#download&from\\_embed](https://www.scribd.com/presentation/474604864/Presentation-to-PC-on-Cabo-Delgado-Final-02-09-2020#download&from_embed)
- Pretorius, L. (2002). Investimento Directo Estrangeiro da África do Sul em Moçambique: Um estudo de caso do impacto do desenvolvimento do gasoduto transfronteiriço de gás natural entre Moçambique - África do Sul. Cidade do Cabo: Grupo de Trabalho Internacional sobre os Direitos do Trabalho. <https://www.somo.nl/wp-content/uploads/2002/06/gas-pipeline-case-study.pdf>
- Rawoot, I. (2020). Moçambique rico em gás pode estar a dirigir-se para um desastre. *Al Jazeera*, 24 de Fevereiro. <https://www.aljazeera.com/opinions/2020/2/24/gas-rich-mozambique-may-be-headed-for-a-disaster>
- Reddy, M. (2020). Dentro do império Paramount de Ivor Ichikowitz. *Dia Útil*, 17 de Setembro. <https://www.businesslive.co.za/fm/features/2020-09-17-inside-ivor-ichikowitzs-paramount-empire/>
- Reliefweb (2021). Risco climático global. Nova Iorque, Nações Unidas. [https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Global%20Climate%20Risk%20Index%202021\\_1\\_0.pdf/](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Global%20Climate%20Risk%20Index%202021_1_0.pdf/)
- República da África do Sul (2021). Primeira Contribuição da África do Sul determinada a nível nacional ao abrigo do Acordo de Paris. Departamento do Ambiente, Florestas e Pescas, Pretória. [https://www.environment.gov.za/sites/default/files/reports/draftnationallydeterminedcontributions\\_2021updated.pdf](https://www.environment.gov.za/sites/default/files/reports/draftnationallydeterminedcontributions_2021updated.pdf)
- Reuters (2019). Victoria Falls seca após a pior seca de um século, *The Guardian*, 7 de Dezembro. <https://www.theguardian.com/world/2019/dec/07/victoria-falls-dries-to-a-trickle-after-worst-drought-in-a-century>
- Reuters (2021). Galp para adiar o investimento em GNL até Moçambique garantir a segurança. 15 de Junho.
- SA Broadcasting Corporation (2021). Estado da SANDF com Helmoed Heitman. Joanesburgo, 18 de Maio. <https://www.youtube.com/watch?v=K9ZV5rnKzHM>
- Sauer, P. (2019). Em impulso para África, os mercenários Wagner da Rússia estão “fora da sua profundidade” em Moçambique. *Moscow Times*, 19 de Novembro. <https://www.themoscowtimes.com/2019/11/19/in-push-for-africa-russias-wagner-mercenaries-are-out-of-their-depth-in-mozambique-a68220>
- Schoeman, M. (2000) South Africa as an emerging middle power. *African Security Review*, 9:3, 47-58.
- Selemane, T. (2021). Da terra prometida ao inferno. *The Church in Southern Africa - Open to the World*, 5:32, Aug-Sept, Pretoria.

Shevele, A. (2013). Defendendo os lucros da indústria da “paz”. *Business Times*, 13 de Agosto. <https://www.timeslive.co.za/sunday-times/lifestyle/2013-08-25-defending-the-profits-of-the-peace-industry/>

Shurkin, M. (2021). Compreender a ascensão meteórica do Estado islâmico em Moçambique. Washington, DC, New Lines Institute. 22 de Junho, 22. <https://newlinesinstitute.org/terrorism/understanding-the-meteoric-rise-of-the-islamic-state-in-mozambique/>

Sidiropoulos, E. (2014). South Africa’s emerging soft power, *Strategic Review for Southern Africa*, 37:2.

Federação Sindical da África do Sul (2021). A SAFTU saúda os activistas laborais e sociais do nosso continente no Dia de África. Joanesburgo, 25 de Maio. <http://saftu.org.za/saftu-salutes-the-labour-and-social-activists-of-our-continent-on-africa-day-25-may/>

Declaração de Solidariedade do Povo da África Austral (SAPSN) (2021) Dupla Cimeira da Troika dos Chefes de Estado e de Governo da SADC. Harare, 28 de Maio. <https://sapsn.net/double-troika-summit-of-the-heads-of-state-and-government-of-the-sadc/>

Stone, S. (2021). A rusga de espões da SA em Moçambique. *CityPress*, 4 de Julho. <https://www.news24.com/citypress/news/sa-spies-bust-in-mozambique-20210704>

Stott, N. (2002). Do SADF para o SANDF: Safeguarding South Africa para uma vida melhor para todos? Centre for the Study of Violence and Reconciliation *Violence and Transition Series*, 7.

Stratfor (2009). Monografia para Comentário: África do Sul. WikiLeaks, 5 de Maio. <http://search.wikileaks.org/gifiles/?viewemailid=951571>.

*The Economist* (2020a). O misterioso conflito de Moçambique está a intensificar-se. 4 de Abril. <https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2020/04/02/mozambiques-mysterious-conflict-is-intensifying>

*The Economist* (2020b). Porque é que os governos africanos continuam a contratar mercenários. 28 de Maio. <https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2020/05/28/why-african-governments-still-hire-mercenaries>

*A Estrela* (2021). Os soldados fazem cumprir as regras de bloqueio à custa dos direitos humanos dos cidadãos. Joanesburgo. 23 de Março. <https://www.iol.co.za/the-star/opinion-analysis/soldiers-enforce-lockdown-rules-at-the-expense-of-citizens-human-rights>

Thunberg, G. (2020). Estamos a acelerar na direcção errada na crise climática. *O Guardian*, 10 de Dezembro. <https://www.theguardian.com/environment/2020/dec/10/gretathunberg-we-are-speeding-in-the-wrong-direction-on-climate-crisis>

Turse, N. (2014). Africom torna-se um comando combatente de guerra, *TomDispatch*, 13 de Abril, [http://www.tomdispatch.com/blog/175830/tomgram%3A\\_nick\\_turse,\\_africom\\_becomes\\_a\\_%22war-fighting\\_combatant\\_command%22/](http://www.tomdispatch.com/blog/175830/tomgram%3A_nick_turse,_africom_becomes_a_%22war-fighting_combatant_command%22/)

Nações Unidas (2019). Apelo de Moçambique. Nova Iorque, Maio. [https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/ROSEA\\_20190525\\_MozambiqueFlashAppeal.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/ROSEA_20190525_MozambiqueFlashAppeal.pdf)

Valoi, E. (2016). Os rubis de sangue de Montepuez. *Política Externa*, 3 de Maio. <https://foreignpolicy.com/2016/05/03/the-blood-rubies-of-montepuez-mozambique-gemfields-illegal-mini-ng/>

van der Merwe, J. (2016) Theorising emerging powers in Africa within the western-led system of accumulation. Em J.van der Merwe, I.Taylor e A. Arkhangelskaya, *Potências Emergentes em África: A New Wave in the Relationship?*, Londres: Springer. [http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-40736-4\\_2](http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-40736-4_2).

van der Westhuizen, J. (1998). South Africa’s emergence as a middle power, *Third World Quarterly*, 19:3, 435-456, DOI: 10.1080/01436599814334

van der Westhuizen, J. (2013) Compromisso de classe como activismo de potência média? Comparando o Brasil e a África do Sul. *Governo e Oposição*, 48:1, 80-100.

van Nieuwkerk, A. (2014) África do Sul e a arquitectura africana de paz e segurança. *Journal of African Union Studies*, 3:1, 37-60.

Vreÿ, F. (2021). O atraso no envio de forças regionais para Moçambique poderia exigir um preço elevado. *The Conversation*, 26 de Maio. <https://theconversation.com/delay-in-sending-regional-forces-to-mozambique-could-exact-a-high-price-159753>

Wambura, B. (2021). A Tanzânia não enviará tropas para Moçambique para combater os insurrectos. *The Citizen*, 27 de Maio. <https://www.thecitizen.co.tz/tanzania/news/tanzania-will-not-send-troops-to-mozambique-3415760>

Wiegink, N. (2020). Aprender lições e refrear a crítica: Legitimar o reassentamento involuntário e projectos extractivos em Moçambique. *Geografia Política*, 81

Willis, H., C. Triebert, S. Cooper, D. Miller, A. Byrd e C. Goldbaum (2021). Militantes atacaram uma cidade chave em Moçambique. Onde estava o governo? *New York Times*, 26 de Maio. <https://nyti.ms/3uj2KKV>

White Mountain Research Group (2021). Estará a África perdida para os militantes islâmicos? 25 de Maio. Moran, Wyoming. <https://www.wmrgrp.com/news/2021/5/25/is-africa-lost-to-islamist-militants>

Worrall, D. (1968). O papel da África do Sul como potência média. Joanesburgo, Jan Smuts House, 1 de Junho. <https://www.africaportal.org/publications/south-africas-role-as-a-middle-power/>

Errado, M. (2021). *Não Perturbar*. Nova Iorque, Public Affairs.